

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MATHEUS ALOISIO LEHNEN

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E
HIGIENIZAÇÃO NO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS: UM OLHAR A
PARTIR DAS DESAPROPRIAÇÕES NO BECO IRMÃO JOAQUIM
(1900 – 1930)**

**FLORIANÓPOLIS – SC
FEVEREIRO
2021**

MATHEUS ALOISIO LEHNEN

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E
HIGIENIZAÇÃO NO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS: UM OLHAR
A PARTIR DAS DESAPROPRIAÇÕES NO BECO IRMÃO
JOAQUIM (1900 – 1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito
parcial à obtenção do grau de
bacharel e licenciado em História,
pela Universidade Federal de
Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Paulo
Pinheiro Machado

**FLORIANÓPOLIS – SC
FEVEREIRO
2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lehnen, Matheus Aloisio
OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO
NO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS : UM OLHAR A PARTIR DAS
DESAPROPRIAÇÕES NO BECO IRMÃO JOAQUIM (1900 - 1930) /
Matheus Aloisio Lehnen ; orientador, Paulo Pinheiro
Machado, 2021.
75 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. Higienização. 3. Urbanização. 4. Despejos.
5. Gentrificação. I. Pinheiro Machado, Paulo. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 4 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às 10 horas, na sala por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. **Paulo Pinheiro Machado** (Orientador e Presidente); Prof. **Gabriel Goulart Barboza** (Titular); Prof. **Henrique Espada Rodrigues Lima Filho** (Suplente), designados pela Portaria TCC nº 6/HST/CFH/2021, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Matheus Aloisio Lehnen**, intitulado: "Os impactos da política de urbanização e higienização no centro de Florianópolis: um olhar a partir das desapropriações no Beco Irmão Joaquim (1900-1930)". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. **Paulo Pinheiro Machado**, nota 9,5, Prof. **Gabriel Goulart Barboza**, nota 9,5, Prof. **Henrique Espada Rodrigues Lima Filho**, nota 9,5, sendo o acadêmico aprovado com a **nota final 9,5**. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 11 de maio de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) candidato(a).

Florianópolis, 04 de maio de 2021.



Documento assinado digitalmente

Paulo Pinheiro Machado
Data: 04/05/2021 12:44:10-0300
CPF: 425.676.840-68

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>
ou <https://v.ufsc.br>

Prof. (Orientador):

Prof. (Titular):



Documento assinado digitalmente

Gabriel Goulart Barboza
Data: 04/05/2021 12:41:20-0300
CPF: 089.236.239-22

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(Suplente):



Documento assinado digitalmente

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho
Data: 05/05/2021 18:22:57-0300
CPF: 671.643.609-34

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidato(a)):



Documento assinado digitalmente

Matheus Aloisio Lehnen
Data: 04/05/2021 12:47:30-0300
CPF: 058.504.679-47

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Matheus Aloisio Lehen ,matricula n.º 13104076, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Os impactos da política de urbanização e higienização no centro de Florianópolis: um olhar a partir das desapropriações no Beco Irmão Joaquim (1900-1930)", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis,05 de maio de 2021.



Documento assinado digitalmente
Paulo Pinheiro Machado
Data: 05/05/2021 18:00:19-0300
CPF: 415.676.840-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

**Dedico este trabalho ao meu amor Tieli Cristine Silva que
acredita e acreditou no meu potencial mesmo com as
inúmeras chances contra.**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu pai, Aloisio Lehnen, por ter me possibilitado estudar e que lá de cima estará olhando por mim orgulhoso deste feito.

Gostaria ainda de dedicar este trabalho à toda minha família que tiveram a paciência de me ouvir inúmeras vezes palestrando sobre a história de Florianópolis e as descobertas que foram surgindo a partir da pesquisa. São eles...

A minha incrível e guerreira mãe, Izolete Zim Lehnen, que me motiva a nunca desistir, é um símbolo de resiliência para mim e, que por ser professora me influenciou em minha decisão. Obrigado por tudo que me ensinaste mãe.

Aos meus irmãos Sandra Lehnen e Christian Lehnen;

Aos meus amigos que se fizeram presentes ao longo desta caminhada, em especial ao Gabriel Barboza, ao Luã Costa, ao Pedro Silvano, ao Marcos Pedrolli Renz, ao Marco Aurélio Dutra e ao Rafael Figueiró Otávio por terem contribuído direta ou indiretamente com a produção deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar os impactos causados após a canalização do Rio da Bulha e construção da Avenida Hercílio Luz sobre a população do Beco Irmão Joaquim. Ele busca ainda desnaturalizar uma ideia enraizada por parte da sociedade atual, a qual culpabiliza a população mais pobre que reside nos morros da capital, por sua própria condição habitacional desconsiderando o processo histórico. Para isto, foi realizado um levantamento de fontes que trouxeram, dentro das possibilidades e dos seus limites, uma composição de quem eram as famílias que residiam nos bairros adjacentes ao Rio da Bulha e quem eram os proprietários do Beco Irmão Joaquim procurando entender como ocorreram os despejos.

A escolha do recorte temporal se deu devido à grande mobilização por parte das elites financeiras e governantes em propor uma reformulação urbana à cidade de Florianópolis para que esta deixasse para trás o seu passado colonial. Estas medidas impactaram no cotidiano da população local de diversas formas, desde a derrubada de moradias populares, habitadas geralmente por trabalhadores informais que foram deslocados para a fralda do morro do Antão, até o aumento do custo de vida na região.

Para realização deste trabalho foram utilizadas como material de apoio pesquisas já realizadas sobre o período em questão por autores como é o caso de Hermetes Reis de Araújo, Roselane Neckel Kupka, Oswaldo Rodrigues Cabral, Eliane Veras da Veiga. Foram utilizadas fontes encontradas na Hemeroteca Nacional e documentos obtidos junto ao arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Palavras- Chaves: Higienização. Urbanização. Despejos. Gentrificação.

ABSTRACT

This work intends to analyze the impacts inflicted after the channeling of Bulha's river and construction of the Hercílio Luz Avenue over the population of Irmão Joaquim Alley.

It also seeks to desnaturalize an idea ingrained in our society who blames the poor population which lives in favelas for their own condition disconsidering the historical process involved. Therefore, a survey of sources was carried out that brought, within the possibilities and their limits, a composition of who were the families who lived in neighborhoods neighboring Rio da Bulha and who were the owners of Irmão Joaquim Alley trying to understand how the evictions occurred.

The choice of the time frame was due the great mobilization of the financial and governmental elites in proposing a urban reformulation of the city of Florianópolis so that it left its colonial past behind. These measures had an impact on the daily lives of the local population in several ways, from the demolition of low-income houses, usually inhabited by informal workers who were displaced to the bases of Morro do Antão, to the increase in the cost of living in the region.

To perform this work, research material already carried out on the period in question by authors, such as Hermetes Reis de Araújo, Roselane Neckel, Oswaldo Rodrigues Cabral, Eliane Veras da Veiga, was used as support material. Sources found at the National Hemeroteca and documents obtained from the archives of the Court of Justice of Santa Catarina were also used.

Keywords: Sanitation. Urbanization. Eviction. Gentrification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A FORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA: DE DESTERRO À FLORIANÓPOLIS.....	16
1.1 A Formação do Povoado	16
1.2 O Desenvolvimento da Capital da Província no século XIX	20
1.3 Os bairros carentes entorno do Rio da Bulha	27
2 A HIGIENIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA	34
2.1 Preâmbulos da ideologia da higiene	34
2.2 A reformulação dos instrumentos de poder	38
2.3 Apertando o cerco.....	44
3 BENEFICIADOS E RETIRADOS	50
3.1 A canalização do Rio da Bulha.....	50
3.2 O perfil dos proprietários do Beco Irmão Joaquim	59
3.3 Quem foi indenizado	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Tabela Indicando os oito principais produtos de exportação do Brasil no século XIX

Figura 2: Configuração arquitetônica de um Sobrado típico do século XIX

Figura 3: Rio da Bulha canalizado, início do século XX. Em primeiro plano um pombeiro e um carroceiro, pessoas que habitavam os cortiços no entorno do córrego

Figura 4: Cortiço, alugado aos pobres no início do bairro da Tronqueira, cuja propriedade pertencia ao Padre Cruz. Década de 1910.

Figura 5: Beco Irmão Joaquim, na esquina com o Menino Deus, década de 1910. À esquerda, o Quartel da tropa.

Figura 6: Beco Irmão Joaquim com o Rio da Bulha canalizado, década de 10.

Figura 7: Cortiços entre a Fonte Grande e o Campo do Manejo, década de 1910. Em último plano, os Morros ainda desocupados, para onde os pobres dos cortiços seriam expulsos.

Figura 8: Beco Irmão Joaquim e o quartel do Campo ao fundo. Pedreira à direita.

Figura 9: Vista parcial do Bairro da Pedreira, década de 1910. Na imagem é possível ver também o pontilhão que levava ao bairro da Tronqueira.

Figura 10: Casinha de Porta e Janela com uma alcova.

Figura 11: Casinha de Porta e Janela com duas ou mais alcovas.

Figura 12: Canalização do Rio da Bulha, início do século XX.

Figura 13: Aterro de Várzea e canalização de córrego perto do Morro do Antão.

Figura 14: Canal da Avenida do Saneamento e os casebres do Beco Irmão Joaquim já demolidos em 1919.

Figura 15: Avenida do Saneamento, 1922. À direita a Pedreira sobre a qual foi construído o prédio da Escola Normal.

Figura 16: Sr. Constantino Garofallis e sua filha em sua casa na Rua General Bittencourt

Figura 18: Mapa da propriedade indicando o terreno demandado pelo governo

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Cidade de Desterro em 1876.

Mapa 2: Dois momentos do deslocamento da população pobre em Desterro e em Florianópolis.

Mapa 3: Área interna representa a área delimitada como Urbana em Florianópolis a partir de 1916 e sujeita ao respectivo Código de Posturas Municipais para o meio urbano.

Mapa 4: Propriedade de Antônio Galluf indicando onde passaria a ampliação da estrada.

INTRODUÇÃO

Com o fim da Monarquia e a proclamação da República no ano de 1889, as ideias positivistas de “progresso” e “modernidade” elaboradas por Augusto Comte durante o século XIX foram trazidas para o centro das ações políticas do Estado. Dessa forma, muitas cidades no Brasil deram início a reformulações dos espaços urbanos em busca daquilo que era considerado como civilizado. Para isto, era necessário ultrapassar o passado colonial visto como atrasado, anti-higiênico e antiquado em direção ao “progresso”. O “progresso”, para os positivistas e para os Republicanos que o adotaram, partia do pressuposto de que havia um caminho, derivado da razão, que deveria ser percorrido que os levaria a se distanciar do passado “selvagem/bárbaro” rumo à “civilidade”. Estas investidas governamentais buscaram conquistar a natureza através daquilo que consideravam “razão” e para que isto fosse feito era necessário remodelar as cidades coloniais transformando-as e higienizando-as. As modificações vistas em Florianópolis foram espelhadas nas reformas feitas por Pereira Passos no Rio de Janeiro, e esta última inspirada nas reformas urbanísticas de Paris durante a metade do século XIX.

A Capital Federal foi figura de proa nos modelos urbanísticos, inspirando reformas urbanas em diversas localidades ao redor do Brasil, incluindo Florianópolis. A elite dirigente florianópolisita não quis ficar para trás e lançou mão deste programa modernizador buscando apagar o passado colonial da envelhecida e atrasada “Nossa Senhora de Desterro”. Para isto, o governo do estado investiu pesado em infraestrutura, fez calçamentos, ajardinamentos, drenagem e, no ano de 1909, a primeira rede de água encanada. Além disso, em 1910, extinguiu as iluminações a querosene concretizando, assim, as obras de iluminação elétrica pública. No entanto, ainda restava uma obra, considerada de maior porte pela câmara de vereadores e que seria realizada em 1919, que foi a canalização do Rio da Bulha, tido pelas autoridades e pelas elites intelectuais como um esgoto a céu aberto e um foco de doenças transmissíveis. O foco desta pesquisa se dará no estudo de como ocorreu este processo de canalização e seus impactos.

Estes melhoramentos trazidos para Florianópolis acirraram ainda mais a desigualdade social de maneiras semelhantes ao visto por Brodwyn Fischer na Capital Federal. Ao pesquisar as características da pobreza no Rio de Janeiro procurou entender

a participação do poder público no agravamento da disparidade social. Ela aventou quatro tendências principais, são elas: a distribuição de direitos de propriedade via tribunais civis; um aumento do poder dos planejadores urbanos para reformar a cidade através de legislações de zoneamento; aumento do poder dado aos funcionários da área da saúde que atuavam inspecionando, multando e inclusive eliminando residências e bairros inteiros em nome da higiene pública e contenção de epidemias e, o aumento da variedade de serviços públicos como água, transporte público, pavimentação das ruas, luz elétrica, que era distribuído a bel prazer das autoridades. (FISCHER, 2009, p. 426)

O Rio da Bulha era um rio formado por cinco afluentes e que cortava boa parte da margem leste do centro da cidade Florianópolis. Dentre suas principais utilizações pela população local, desde a formação da cidade até a sua canalização, estavam inicialmente o abastecimento de água, as lavações de vestimentas e o despejo de rejeitos e dejetos humanos. No entanto, esta parcela da população mais empobrecida que habitava a região, tinha no rio da Bulha o seu sustento e foi sendo impactada diretamente pelas reformas promovidas pelo governo, sem que houvesse uma contrapartida social para que resolvesse a equação da falta de moradias populares disponíveis na cidade. Carregadores de água, lavadeiras, soldados de baixa patente, entre outros trabalhadores, cuja sobrevivência dependia apenas da venda da sua força de trabalho e que alugavam modestas moradias de porta e janela ao longo das margens do Rio da Bulha estavam agora atravancando os interesses das elites governantes em atingir o objetivo rumo ao “progresso”.

Foi em cima desta área e sobre os modos de vida dessa população que os jornalistas construíram uma retórica de atraso e de cidade em ruínas propagando os ideais positivistas aos leitores forjando assim o pretexto necessário para a expulsão daquela população pobre da região central da cidade. Bairros como a Pedreira, a Tronqueira e o Beco Irmão Joaquim, em sua totalidade, foram desaparecendo em um ritmo muito acelerado. (ARAÚJO, p.22, 1989)

Este processo de desapropriação e demolição dos casebres e cortiços daquela região culminou em uma série de impactos para aquela parcela mais pobre da sociedade, dispersando-a para fora da área considerada Urbana da cidade de Florianópolis. Com a conclusão da “Av. Do Saneamento” em 1919, define-se que esta avenida seria a área Urbana limítrofe à área Rural conseguinte localizada no Morro do Antão estabelecendo então uma espécie de cordão de isolamento sanitário entre o morro e o centro da cidade.

Os impactos sociais de tais reformas foram duradouros, basta dar uma rápida olhada para o Morro da Cruz nos dias atuais para entendermos o fracasso da política reformista das primeiras décadas do século XX. Além de terem perdido suas moradias, tiveram suas práticas de subsistência sendo coibidas pouco a pouco. Em 1919, foi reorganizada a Inspetoria de Higiene para fiscalizar a criação de animais e capinzais em áreas definidas como urbanas, causando impactos na subsistência de famílias mais pobres, aumentando a pressão sobre elas e dificultando ainda mais a vida desta parte da população. (NECKEL, 1993, p. 69) Além disto, esta parcela marginalizada da sociedade teve de residir em ambientes hostis, propensos a deslizamentos e outras catástrofes que corriqueiramente ocorrem em função da ocupação desordenada.

Esta pesquisa irá dialogar com os historiadores que já produziram materiais relevantes à historiografia de Florianópolis como Oswaldo Cabral, Hermetes Araújo, Roselane Neckel, Eliane Veras da Veiga, Andre Luiz Santos, Miriam Alves do Nascimento, Brodwyn Fischer buscando trazer novas perspectivas sobre as fontes, bem como realizar um levantamento de fonte mais direcionado para a região do entorno do Rio da Bulha, em específico o Beco Irmão Joaquim.

Nesta pesquisa apresentaremos o contexto da formação espacial da cidade e o surgimento de uma elite ligada ao comércio e às armas. Trazer um panorama de como eram os bairros carentes na zona limítrofe da área urbana do começo do século XX. Além disso, abordaremos o surgimento da ideologia da higiene e como ela influenciou a mentalidade dos governantes e no desenvolvimento dos aparatos estatais para que fosse colocada em prática a reformulação urbana. Identificaremos também as estratégias postas em práticas pelo poder público cerceando direitos até que não fosse mais viável a permanência daquela população na região desapropriada.

Buscamos também identificar nesta pesquisa, quem foram os proprietários do Beco Irmão Joaquim, bem como tentar traçar o perfil dos possíveis moradores deste bairro. Esta pesquisa pretende contribuir com a História da Urbanização em Florianópolis do início do século XX, trazendo novos atores para a composição do que era o contexto local.

CAPÍTULO 1

1 A FORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA: DE DESTERRO À FLORIANÓPOLIS

1.1 A FORMAÇÃO DO POVOADO

A formação do povoado de Nossa Senhora do Desterro decorre do acirramento da disputa entre Portugal e Espanha, no século XVIII, pelo controle de acesso à Bacia do Rio da Prata, fazendo da Ilha de Santa Catarina uma base militar portuguesa e logo obtendo a distinção de Capitania. Iniciou-se neste período o processo de construção de um sistema defensivo de Fortalezas na Ilha.

A escolha do local aconteceu devido à vantajosa posição geográfica em que se encontra a ilha. Ela fica na metade do caminho entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, os quais eram considerados dois centros importantes de Portugal e Espanha respectivamente. Além disto, sua localização era importante não apenas para reabastecer os navios, com mantimentos e água, a caminho do Rio da Prata, como também aqueles a caminho das Índias Orientais.

A intenção da coroa portuguesa era ceder pequenos lotes de terra para os imigrantes açorianos para que estes fossem responsáveis por municiar os soldados portugueses, que estavam combatendo mais ao sul, com alimentos e outros produtos e, também, de fornecer soldados para as tropas combatentes. (NECKEL, 1993, p.22 e p.23)

Entretanto, era mais vantajoso ao habitante de Desterro, pescar e trocar o excedente por farinha que outras regiões plantavam, do que cultivar a própria mandioca e ver sua produção requerida para as tropas, ou ainda, ter a sua mão de obra solicitada para servir no exército deixando a colheita ao abandono. Além do mais, não haviam inicialmente, barcos suficientes para exportar as quantidades necessárias para que obtivessem alguma vantagem financeira neste tipo de transação. Este desincentivo

desvinculou da lavoura a população desterrense que foi buscar nos serviços urbanos outros meios de sobrevivência. (NECKEL, 1993, p.24) Desta forma, surgiram uma gama de profissões informais que abasteciam a ilha com produtos como, por exemplo, os atravessadores, os pombeiros (comerciante ambulante urbano), os carregadores etc.

Quem mais lucrava com os embargos que a Coroa submetia aos pequenos proprietários eram os comerciantes, que negociavam a compra da farinha destes alegando destinar-se às tropas e vendiam-na em outros lugares. Os produtores ficavam, como se diz em linguagem popular, “a ver navios” ou, por assim dizer, a aguardá-los com seus pagamentos que não chegavam. (NECKEL, 1993, p.25)

Além disto, a especialização na produção de farinha ocasionou a demanda de outros produtos que eram fornecidos por outras regiões. Todos estes fatores acarretaram no aparecimento de uma elite ligada ao comércio e a especulação. Dessa forma, ao começar o século XIX já se encontrava em Desterro algumas fortunas apreciáveis, ligadas as atividades comerciais e marítimas. (NECKEL, 1993, p.25)

A ocupação da Ilha de Santa Catarina foi se dirigindo para o lado leste (esquerda da atual praça XV de novembro) devido à facilidade encontrada pelos colonos em se adequar ao terreno. Este lado era protegido dos ventos devido à proximidade do Morro do Antão, boa parte do terreno era plano ou com baixa inclinação, havendo ainda um olho d’água que supria as demandas dos habitantes e também um córrego volumoso que futuramente viria a se chamar de rio da Fonte Grande ou Rio da Bulha. (VEIGA, 1990, p.40)

A Fonte Grande ficava no terreno onde atualmente está construído o prédio do Instituto Estadual de Educação, voltada para o lado em que hoje se encontra a av. Mauro Ramos, terreno que na época levava o nome de Campo do Manejo. Em direção a ela conectava-se provavelmente a primeira rua aberta no povoado, para além daquelas que margeavam a praia, que hoje é conhecida pelo nome de Fernando Machado. Esta rua tinha início à esquerda da Igreja Matriz descrevendo uma semicircunferência até encontrar um vau para servir de acesso ao outro lado do rio da Bulha e posteriormente levando ao Campo do Manejo. (CABRAL, 1979, p.119)

Segundo Cabral, este campo levou tal nome, pois desde os primeiros dias sua função fora funcionar para o manejo das tropas e exercícios militares, “manejo das armas”, como se dizia. O campo havia pertencido à Ordem Terceira de São Francisco, tendo em 1781, requisitado o Governador a área afirmando precisar do terreno para o manejo das tropas de Sua Majestade. Nesta mesma época o Secretário da Ordem

Terceira de São Francisco afirmou que, nessa época, boa parte da propriedade havia sido esbulhada, inclusive aquela onde seria construído mais tarde o Quartel. O restante da propriedade a Ordem mesmo cederia às pessoas, mediante foro¹, para que estas construíssem suas moradas, e segundo Cabral acabou por perder a propriedade toda. (CABRAL, 1979, p.119, p.120)

Nesta região havia ainda dois becos, o do Quartel e o Beco do Irmão Joaquim, este era conhecido também por Beco Sujo. O primeiro ficava depois da Rua do Areal, o que seria atualmente correspondente ao encontro entre Instituto Estadual de Educação e Av. Mauro Ramos. O segundo, cujo foco delineou este trabalho, era uma fileira de casinhas de porta e janela situadas de costas para o Rio da Bulha no terreno do Campo do Manejo, o que seria hoje a confluência entre a av. Hercílio Luz e o Instituto Estadual de Educação, indo até à extinta ponte do Vinagre. Este último desapareceu com a construção da av. Hercílio Luz. (CABRAL, 1979, p.125) O Beco Irmão Joaquim tinha suas casinhas e cortiços voltados para o Campo do Manejo e fundos para o Rio da Bulha.

¹ Fôro é o pagamento de uma taxa para ocupação de um local sem direito possessório que continuaria, eoricamente, pertencendo à Ordem.

Mapa 1: Cidade de Desterro em 1876 com a sinalização dos bairros carentes da região do entorno do Rio da Bulha



Fonte: Mapa elaborado por Matheus Aloísio Lehnen a partir da imagem retirada da Tese de Doutorado. Cf. (SANTOS, 2009, p.112)

1.2 O DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL DA PROVÍNCIA NO SÉCULO XIX

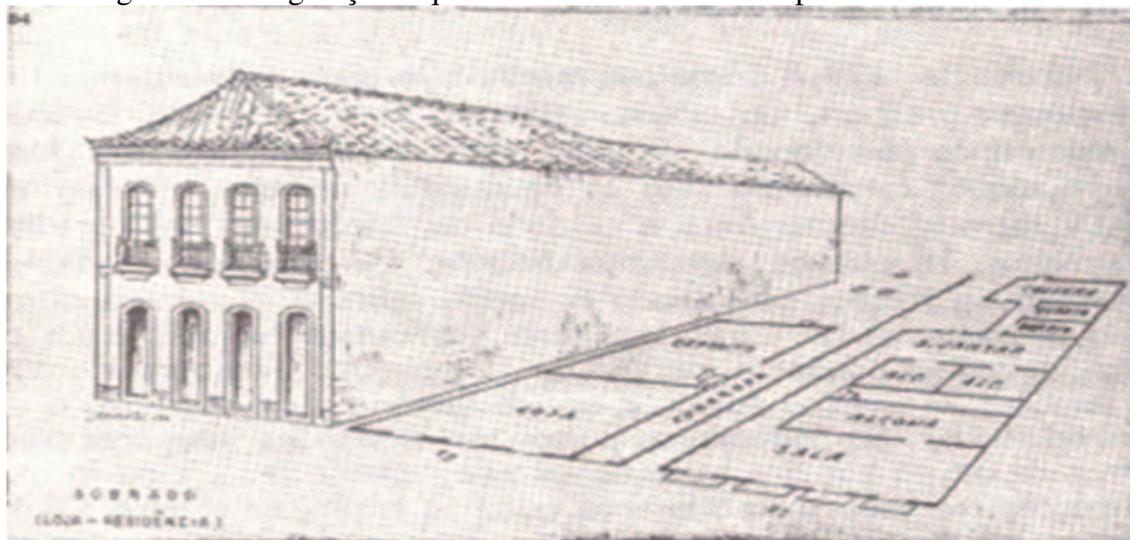
A mudança do século XVIII ao século XIX foi favorável aos habitantes de Desterro que utilizavam o porto para o comércio. Com a vinda da família Real ao Brasil no ano de 1808, decorrente do avanço napoleônico sobre o continente Europeu, ocorre a abertura dos portos e o fim do pacto colonial. Isto significou para o porto de Desterro um incremento mercantilista para a vila. No entanto a importância militar do porto de Desterro continua por todo o século XIX.

O porto de Desterro não estava isolado do contexto internacional no século XIX e foi o mais importante de Santa Catarina, comercializando com muitos outros grandes centros. Isto gerou certa prosperidade, para comerciantes, exportadores e construtores de navios e proporcionou a geração de novos setores econômicos na Ilha, como a criação de hotéis, estalagens, pensões, restaurantes, além de um comércio varejista e um comércio ambulante de comidas nos trapiches e ruas centrais. (NECKEL, 1993, p.26)

Em 1823 a vila foi elevada a cidade, tornou-se a capital da Província de Santa Catarina, adquiriu ares citadinos e expandiu-se para o lado oeste da praça principal passando a receber também alocação de recursos vindos do Rio de Janeiro para algumas melhorias. No entanto, apesar do aumento do fluxo portuário, a Ilha apresentou um crescimento “bastante desprezível” para uma capital. Segundo Cabral, em oitenta anos haviam sido construídas apenas 1.109 casas, o que equivaleria a construção de 14 edificações, em média, por ano e um pouco mais de uma por mês. (CABRAL, 1979, p.242)

No início do século XIX, começaram a ser construídos os primeiros sobrados em substituição às casas térreas. Este tipo de edificação tem características de funcionar como moradia familiar no segundo andar e comércio no piso térreo. Entretanto, ao contrário das edificações do início do século XX, que estavam sob influência das “normas médico-sanitaristas”, e tinham uma preocupação com os fluxos de água e esgoto, a iluminação e com os aparelhos de higiene e conforto, os sobrados das elites do início do século XIX, não possuíam uma edificação diferente do padrão até então estabelecido, geminado e sem aberturas laterais. A sensação era de que haviam apenas adicionado um segundo andar ao primeiro com a possibilidade de acesso. (CABRAL, 1979, p. 251)

Figura 2: Configuração arquitetônica de um Sobrado típico do século XIX.



O sobrado — residência e loja — em linhas esquemáticas. Fachada e planta baixa dos pavimentos

Fonte: Imagem retirada do livro Nossa Senhora do Desterro, Notícia. Cf. (CABRAL, 1979, p. 242)

Segundo Cabral, eles surgiram em função do comércio em ruas próximas ao mar e devido a um deslocamento do eixo preferencial do lado leste para o lado oeste da praça principal. Este processo, segundo Veiga, é um reflexo do aumento da capacidade financeira de certos moradores e também da melhoria econômica da localidade. (VEIGA, 1990, p.97)

A área leste, próxima do mar e da praça, inicialmente era habitada por pessoas pobres que viviam em casinhas de porta e janela e que foram sendo lentamente, ao longo do século XIX, deslocadas desta região devido às construções de sobrados por parte de uma parte mais remediada da cidade. Este deslocamento levou a população carente a se espalhar em busca de locais mais afastados da zona portuária cidade, buscando alugar moradias que pudessem bancar financeiramente. (SANTOS, 2009, p. 78)

O comércio gerou uma elite econômica, mas ao mesmo tempo cresceu a população de libertos e de migrantes pobres, que sobreviviam de trabalhos temporários, que dependiam do porto e dos barcos, no mercado, nas fontes, nos quartéis, vivendo de ofícios urbanos, do comércio ambulante, da prostituição, da mendicância, da caridade. Se de um lado crescia o número de sobrados, do outro crescia o número de moradias no entorno do Rio da Bulha, onde foram se formando os bairros como a Tronqueira, o Beco Irmão Joaquim e o Beco do Quartel no Campo do Manejo e a Pedreira.

(SANTOS, 2009, p.78)

Segundo Cabral, o entorno do Rio da Bulha era tido como local onde primeiramente apareciam epidemias. Segundo o autor a localidade era composta de “cortiços baratos e sem conforto” onde habitavam “Lavadeiras, marinheiros, soldados, mendigos. Gente de má fama. Toda uma favela a marginar um rio imundo.” (CABRAL apud SANTOS, 2009, p.90) Dessa forma preconceituosa que passou a ser vista aquela população marginalizada que tentava sobreviver às doenças, alagamentos e a pobreza.

A maior parte da população pobre era composta por escravos, negros e mestiços livres ou libertos² e eram estes que realizavam os ofícios urbanos para os proprietários e militares. Os mestiços, índios e negros livres ainda tinham que conviver com o preconceito e as dificuldades impostas por uma sociedade racista. Nas últimas décadas do século XIX o número de libertos fora avançando conforme avançava a demanda pela abolição da escravidão. (SANTOS, 2009, p. 136) Estes últimos passam a sobreviver trabalhando no Porto, no Mercado como ambulante, vendendo em quitandas, barraquinhas, de porta em porta. Havia ainda os pombeiros, que compravam produtos nas colônias alemãs e dos açorianos no interior da ilha para revender na zona central.

Segundo Santos, os libertos que haviam sido escravos de ganho tiveram mais facilidade em se adaptar, pois já trabalhavam nas ruas sustentando seus “senhores” e a si e moravam em cortiços de aluguel, casas de negros, dividiam ranchos ou pequenas casas de aluguel. No entanto, os ex-escravos domésticos tiveram de passar por uma adaptação maior em relação a uma nova forma de trabalho e ainda encontrar um local para morar. (SANTOS, 2009, p.136)

² Segundo Santos, pela ordem jurídica só era considerado cidadão, o liberto, alforriado nascido no Brasil (crioulo). Caso fosse africano permanecia estrangeiro tendo de requerer naturalização.

Figura 3: Rio da Bulha canalizado, início do século XX. Em primeiro plano um pombeiro e um carroceiro, pessoas que habitavam os cortiços no entorno do córrego.



Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p.76)

Escravos de ganho eram alugados para pessoas brancas que não tinham condições de comprá-los pondo-os a trabalhar na cidade. Eles tinham que andar descalços mesmo que tivessem condições para comprar boas vestimentas, isto era uma forma de marcar a diferenciação entre escravo e liberto. Trabalhavam em profissões como pombeiros ou carroceiros de água e outros produtos.

A visita do imperador em 1845 motivou algumas obras de saneamento básico e embelezamento, embora modestas, na capital. Realizou-se também a melhoria do porto, a construção do Mercado Municipal em 1851 e do teatro Santa Isabel em 1857. (VEIGA, 1990, p. 100)

É neste momento em que há o deslocamento de parte da burguesia citadina para as chácaras nos bairros do “Mato Grosso” e “Praia de Fora” na expectativa de se afastar da zona central da cidade em busca de ar puro na expectativa de se afastarem dos “miasmas”. Essa burguesia buscou nestes bairros um refúgio que fosse completamente daquilo que representava a zona central para esta parcela da população. Havia, segundo Cabral, por parte destas famílias um receio quanto à “malandragem à solta” (CABRAL, 1979, p.261) O medo em relação às “classes perigosas” que irei abordar no próximo capítulo fica evidente e a busca por uma distinção social se engendram neste período específico.

Ainda sobre estes bairros afastados, Várzea afirma que:

são notáveis, [...] as casas de construção moderna ou recentemente reformada, dos irmãos Wendhausen, o quartel do Corpo de Segurança, as vivendas Eloy e Livramento, os elegantes chalets Carneiro e Veiga, verdadeiros (...) cottages de campo europeus, pelo seus encantadores jardins, hortas, pomares e vastas pastagens verdíssimas (...), para as vacas “crioulas” ou de raça. (VÁRZEA apud VEIGA, 1990, p. 120)

Como dito anteriormente o enriquecimento desta parcela da população estava mais ligado ao comércio de produtos manufaturados, ao tráfico e escravos e a propriedade de navios do que em relação a produção fabril. Havia em Desterro um pequeno número de olarias na rua aberta próximo ao Morro do Antão. Tanto no ano de 1870 quanto em 1890, havia um total de seis olarias, provavelmente, ainda segundo Cabral, na mesma localidade. Havia também, poucas fábricas de gasosas, uma anunciava em 1863 a garrafa por 320 réis (CABRAL, 1979, p.353-354)

A partir de 1844, com promulgação da Tarifa Alves Branco, o governo federal impôs um aumento da tarifação alfandegária à produtos importados, dos 15% cobrados anteriormente para a casa dos 30%, podendo, em alguns produtos, chegar a 60% de imposto. Esta decisão foi tomada na tentativa de aumentar a arrecadação de impostos e, neste sentido, foi um sucesso elevando de 15,4 mil contos em 1843 para 24,8 mil contos em 1845. Com esta ação, indiretamente o governo federal impulsionou o desenvolvimento de indústrias na tentativa de substituir as importações, já que grande parte dos produtos comercializados no Brasil era industrializada pela Inglaterra. Um efeito que não pôde ser sentido em Desterro, não havendo, portanto um processo de industrialização pujante capaz de alterar profundamente a configuração urbana de modo definitivo.

Alguns fatores, anteriores a Proclamação da República, foram definitivos para a queda da Monarquia e o golpe militar realizado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 1889. O envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai, entre os anos de 1864 e 1870, provocou um endividamento do governo brasileiro e provocou indisposição com setores militares, que passaram a apoiar-se na filosofia positivista de Augusto Comte, e que desejavam transformar o regime monárquico em uma República.

Com a proclamação da República por Deodoro da Fonseca, Desterro passou por uma série de transformações em ritmo mais acelerado nas primeiras três décadas do século XX do que em todo o século XIX. A cidade passou a se chamar Florianópolis após o apoio fracassado a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Estes conflitos

aumentaram o contingente, que já era grande, de soldados em território Desterrense, impactando nas ocupações das casinhas e cortiços na região do Rio da Bulha. (ARAÚJO, 1989, p.111)

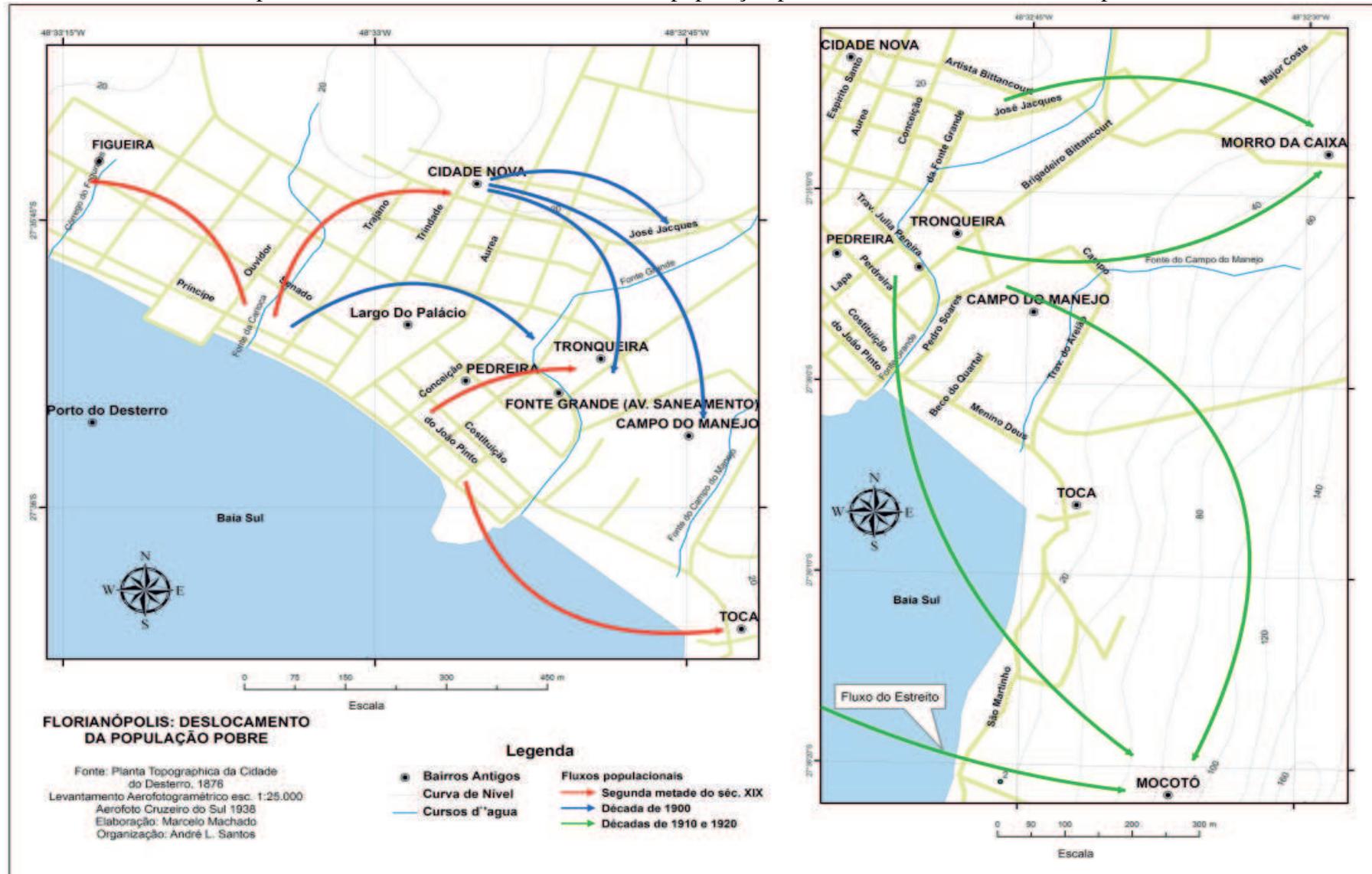
Na expectativa de remodelar Florianópolis, a sua elite dirigente buscou, após a proclamação da República e com mais afinco entre os anos 1910 e 1930, investir pesado em infraestrutura para a cidade. Os governantes promoveram o calçamento de ruas, ajardinamento, drenagens e, no ano de 1909, instalaram na capital a primeira rede de água encanada. No ano seguinte, em 1910, os habitantes de Florianópolis viram desaparecer as iluminações abastecidas por querosene, sendo estas substituídas por iluminação elétrica.

No entanto, ainda restava uma obra, considerada de maior porte pela câmara de vereadores e que não havia sido feita, que foi a canalização do Rio da Bulha em 1919. O rio era tido pelas autoridades e pelas elites intelectuais como um esgoto a céu aberto e durante todo o século XIX, optaram por canalizar córregos menores, como o existente na atual Rua Trajano, por exemplo, ao invés da canalização do Rio da Bulha devido à sua extensão, o que causaria grandes gastos.

Com a conclusão da “Av. Do Saneamento” em 1919 durante o governo de Hercílio Luz, e, que logo em seguida receberia seu nome como uma forma de homenagem, estabeleceu-se o que seria considerado perímetro urbano e zona rural. Esta obra foi considerada como a “Pedra Angular” do saneamento da cidade de Florianópolis naquele momento.

Estes processos de desapropriação e demolição dos casebres e cortiços daquela região culminaram numa série de impactos para aquela parcela mais pobre da sociedade, ocasionando em uma dispersão daqueles indivíduos para fora da área considerada Urbana da cidade de Florianópolis.

Mapa 2: Dois momentos do deslocamento da população pobre em Desterro e em Florianópolis.



Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p. 609)

1.3 OS BAIRROS CARENTES NO ENTORNO DO RIO DA BULHA

A busca das classes mais pobres por moradia, em que pudessem pagar o aluguel levou esta parte da população em direções mais afastadas da zona ao redor da praça principal por motivos já citados anteriormente como a expansão dos sobrados construídos pelas elites no decorrer do século XIX. Esta procura fez com que se alastrassem moradias populares no entorno do Rio da Bulha, formando os bairros da Pedreira, Tronqueira e os Becos, Irmão Joaquim e do Quartel, que ficavam dentro do Campo do Manejo.

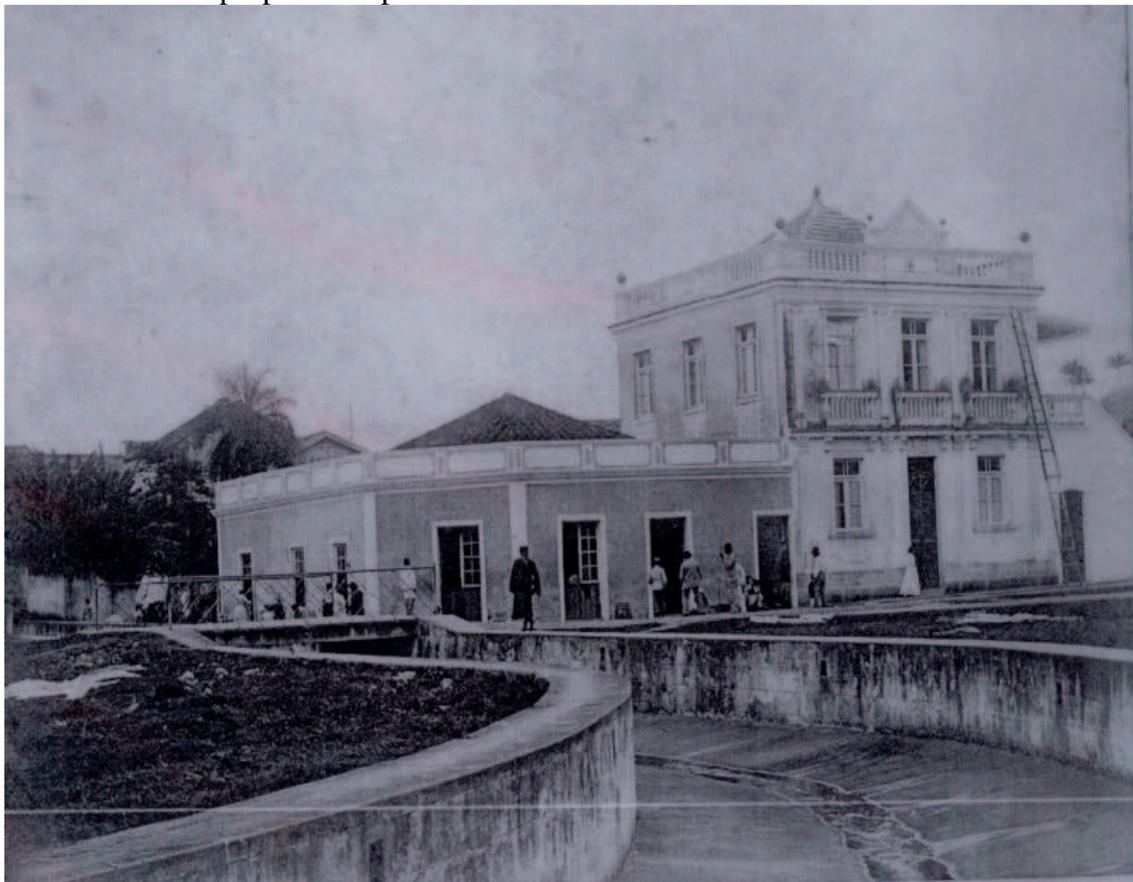
É preciso pontuar também, que quem detinha a propriedade destas moradas populares eram pessoas remediadas ou ricas que construía moradas pequenas ou cortiços como uma fonte de renda extra. Portanto, se este número de moradias teve um aumento nas regiões do entorno do rio da Bulha, quem foi responsável pelo estilo e da escolha do padrão da sua construção foram os proprietários. Além disto, era comum construir casinhas para aluguel como uma forma de previdência para a velhice. (SANTOS, 2009, p.100) Como podemos ver no inventário de Liberato Francisco da Silveira Bittencourt pesquisado por Santos:

[...] na Tronqueira, Liberato Francisco da Silveira Bittencourt, em 1874, tinha quatro casas. Liberato era rico, tinha várias propriedades, engenho de farinha com pertences, terreno de 81 metros de frente na Rua do Morro, um terreno de 33 metros de frente e outro de 5 metros na Rua das Olarias e outro na Rua do Menino Deus e uma olaria com vinte mil tijolos. Suas casas na Tronqueira eram simples, a número 67 era uma “meia água” com terreno de nove e meia braças de valor 800\$000 réis, a número 63 valia 1:000\$000 réis, a número 61 avaliada em 1:500\$000 réis e a número 65 de maior valor 1:800\$000 réis, todas as casas tinham valor baixo comparados as casas térreas da área central da cidade naquele ano. (INVENTÁRIO DE LIBERATO apud SANTOS, 2009, p.101)

A Rua da Tronqueira, que atualmente se chama Rua General Bittencourt e que conecta a av. Hercílio Luz com a av. Mauro Ramos, era próxima das olarias onde trabalhavam alguns moradores do lugar. Segundo Santos, antes da condição social ser marcada pela localização e sim pelo tipo de moradia, a Tronqueira não era habitada apenas por pobres, mas pessoas com maior poder aquisitivo mantinham casas de aluguel, chácaras próximas às olarias. Entretanto, com o passar dos anos, a Tronqueira virou passagem para fora da cidade, virando periferia onde as pessoas pobres passaram a residir, principalmente próximo da Fonte onde as lavadeiras trabalhavam. Elas eram

em sua maioria escravas libertas ou que possuíam permissão de residir fora da casa de seu dono. Moravam na região também soldados, escravos libertos, trabalhadores braçais, prostitutas e os recém-chegados à cidade. (SANTOS, 2009, p. 94, p.95)

Figura 4: Cortiço, alugado aos pobres no início do bairro da Tronqueira, cuja propriedade pertencia ao Padre Cruz. Década de 1910.



Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p.510)

O Beco Irmão Joaquim, que na verdade não era um Beco, mas sim uma fileira de casas com os fundos para o Rio da Bulha e a frente voltada para o Campo do Manejo, era habitado em grande parte por soldados devido à proximidade com o Campo que dividiam a localidade com as lavadeiras e migrantes pobres recém-chegados à cidade. Ele também foi se formando a partir do adensamento e do deslocamento de parte da população pobre que habitava a área mais próxima à praça.

Os soldados que ali habitavam estavam estacionados ou em trânsito pela cidade e possuíam baixa patente. A vida dos soldados rasos não era nada fácil, pois poderiam ficar meses ou até anos sem receber os soldos tendo que desempenhar outros ofícios na cidade para sobreviver. Não era raro estes soldados desempenharem funções no porto, nas olarias, trabalhar como bombeiros, sapateiros, alfaiates etc. Além disso, conviviam

com castigos físicos por parte de seus superiores e conviviam sendo estigmatizados pela elite higienista através da mídia. Segundo Santos, o soldado recrutado para a primeira linha só sairia velho, estropiado ou morto, pois não havia pensão para invalidez ou tempo de serviço. Caso estivessem em tal condição, a solução era a mendicância. Além disso, ficava a custo do próprio soldado adquirir sua farda, armamento e montaria. (SANTOS, 2009, p. 146)

As casinhas do Beco Irmão Joaquim foram construídas por pessoas remediadas como forma de maximizar seus lucros ou em outros casos obtenção de uma segurança financeira formando assim uma previdência para deixar à viúva. Caso de João Omem que vivia de alugueis e após falecer deixou à sua viúva propriedades no bairro da Toca de oito braças de terreno reunidas a cinco e meia braças e, no Campo do Manejo um terreno de treze braças onde já haviam sido construídas. (SANTOS, 2009, p;98)

Figura 5: Beco Irmão Joaquim, na esquina com o Menino Deus, década de 1910. À esquerda, o Quartel da tropa.



Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p.99)

Figura 6: Beco Irmão Joaquim com o Rio da Bulha canalizado, década de 10.



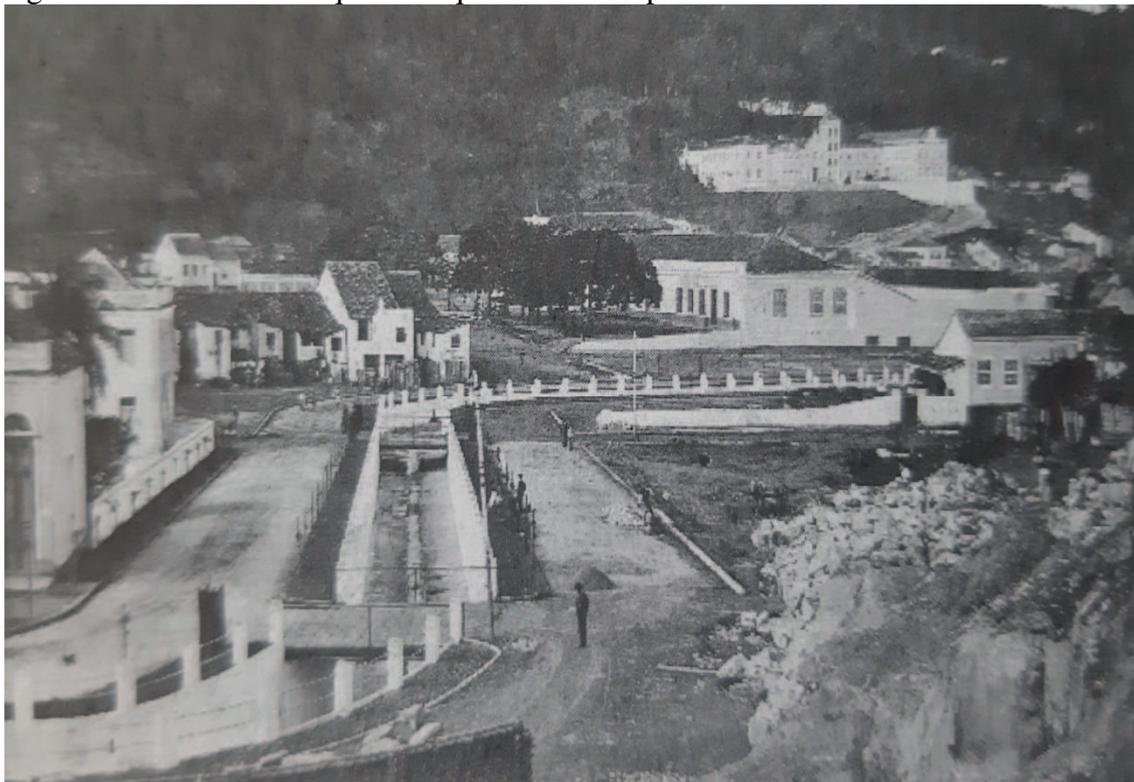
Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p.91)

Figura 7: Cortiços entre a Fonte Grande e o Campo do Manejo, década de 1910. Em último plano, os Morros ainda desocupados.



Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p.76)

Figura 8: Beco Irmão Joaquim e o quartel do Campo ao fundo. Pedreira à direita.



Fonte: Acervo de Waldir Fausto Gil. Disponível em: <https://floripacentro.com.br/um-seculo-da-avenida-hercilio-luz-em-imagens-do-rio-da-bulha-a-canalizacao-e-cobertura-total/>

As casinhas do Beco Irmão Joaquim tinham seus fundos voltados ao Rio da Bulha e as frentes voltadas para o Campo do Manejo, como podemos ver na figura 5 e 6. Na figura 6 já é possível verificarmos a canalização do Rio da Bulha completa nos levando a pensar que a datação da imagem é do final da década de 1910 e início de 1920.

A série de casas da figura 7 e da figura 8 são as mesmas cuja fotografia foi tirada de diferente ângulo. Em comparação à imagem número 6 nota-se a ausência de uma parcela das casinhas já demolidas para a construção da Avenida do Saneamento. A fotografia número 8 foi tirada do bairro da Pedreira, onde atualmente se encontra o “Museu da Escola Catarinense”.

O bairro da Pedreira também era habitado pela população pobre da capital. Muitos os ex-escravos que habitavam aqui trabalhavam na pedreira como carregadores. O valor do carregamento de pedras dependia da distância que seriam carregadas. As casinhas deste bairro foram demolidas com a política higienista no governo de Hercílio Luz quando foi construída a Avenida do Saneamento.

Figura 9: Vista parcial do Bairro da Pedreira, década de 1910. Na imagem é possível ver também o pontilhão que levava ao bairro da Tronqueira.



Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p. 93)

Ao longo do século XIX a condição sanitária da região foi se deteriorando devido ao aumento significativo de pessoas residindo ali, aumentando ainda mais após a abolição da escravidão. Os higienistas elevaram o tom das críticas aos modos de vida daquela população pobre e passaram a promover uma campanha difamatória contra estes bairros mais pobres. Como podemos ver no ensaio escrito pelo Dr Ribeiro de Almeida que versa sobre estes bairros do entorno da Fonte Grande. Sobre eles ele afirma:

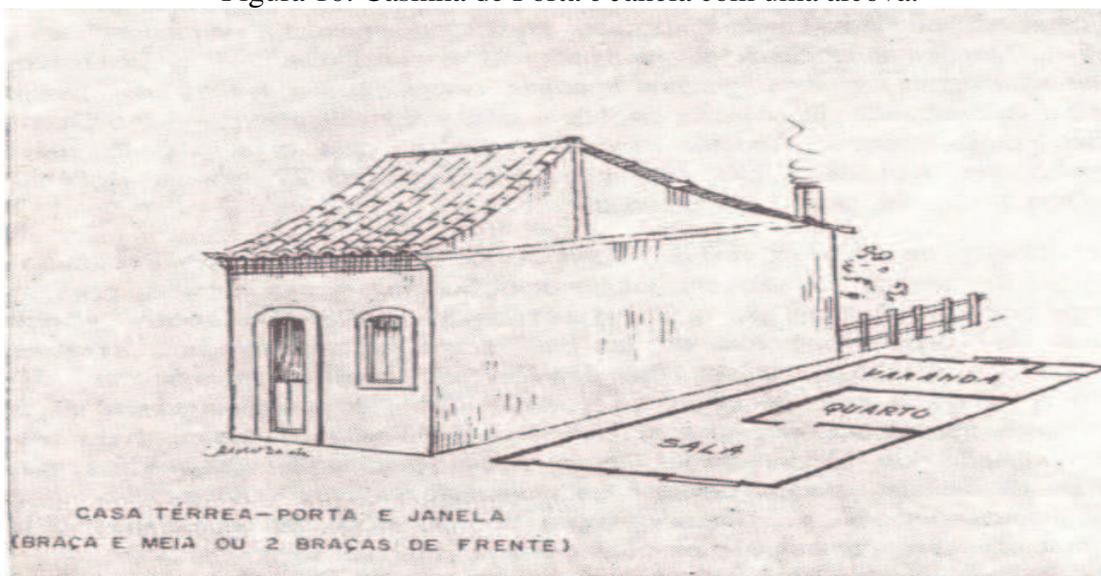
Na Pedreira, uma parte da Tronqueira e becos adjacentes, em miseráveis choupanas (algumas piores que as da Toca) reside uma tribo de lavadeiras de condições diversas, umas livres, outras escravas (mas com permissão de residir fora de casa) e outras escravas que só vem lavar; este bairro quanto a habitantes do sexo masculino só conta soldados. Nos cortiços da Tronqueira, espécies de colméias, somente ocupadas por zangões, são os quartos cubículos nojentos habitados por 6, 8 e 10 pessoas às vezes, sem distinção de sexo nem idade; de modo que tem aí as crianças uma famosa escola prática de imoralidade e devassidão [...] (ALMEIDA apud ARAÚJO, 1989, p.85)

No entanto estas casinhas eram a única forma desta parte da população de residir em algum local. Estas pequenas habitações eram conhecidas por “casinhas de porta e janela”, geralmente mediam uma braça³ e meia ou duas braças de frente, podendo ter

³ Braça era uma medida de comprimento utilizada que corresponde a 2,2 metros.

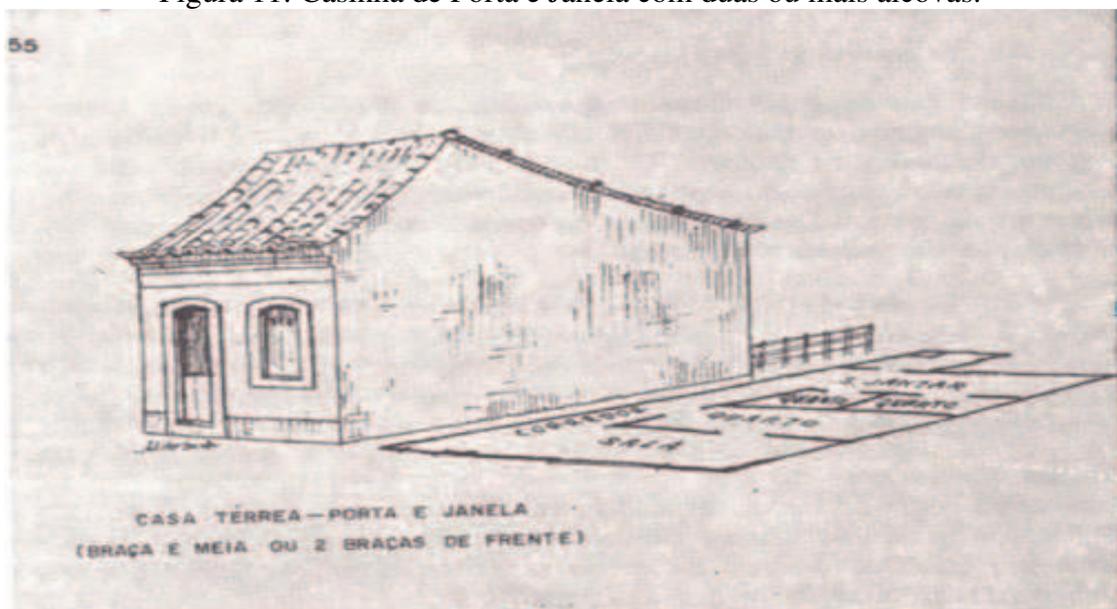
uma alcova ou duas geralmente mal iluminadas. No entanto, o número de alcovas não definia o número de habitantes na casa, que até o ano de 1884, quando a Câmara Municipal proibiu a moradia de mais de quatro pessoas por casinha ou por quarto, dividiam um quarto em muitas pessoas para economizar o valor do aluguel.

Figura 10: Casinha de Porta e Janela com uma alcova.



Fonte: Imagem retirada do livro Nossa Senhora do Desterro, Notícia. Cf. (CABRAL, 1979, p. 208)

Figura 11: Casinha de Porta e Janela com duas ou mais alcovas.



Fonte: Imagem retirada do livro Nossa Senhora do Desterro, Notícia. Cf. (CABRAL, 1979, p. 209)

CAPÍTULO 2

2A HIGIENIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA

2.1 Preâmbulos da Ideologia da higiene

A demolição do cortiço Cabeça de Porco inaugurou o processo de demolições de cortiços e moradias populares ao redor do Brasil no período da Primeira República. Ela pode ser considerada o mito de origem da gestão das diferenças sociais dentro de uma urbe e também uma demonstração de força por parte do poder estatal que marcou o período da República Velha. É possível observarmos dois pontos fulcrais na forma de lidar com a diversidade urbana. O primeiro é a construção da noção de que “classes pobres” e “classes perigosas”⁴ são duas expressões que descrevem a mesma “realidade”. O segundo ponto é o surgimento da ideia de que uma cidade pode ser gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos. (CHALHOUB, 1996, p.19)

Para melhor compreender o argumento trazido por Chalhoub precisamos recorrer à presença das duas correntes médicas que se propuseram a interpretar a origem e a transmissão das doenças existentes no século XIX, bem como de implementar medidas eficazes para solucionar os surtos e epidemias vividas no período. Elas podem ser classificadas como contagionistas e os infeccionistas. Os contagionistas acreditavam que as doenças se transmitiam através do contato tanto direto de pessoa para pessoa quanto indireto através do contato com superfícies. Pensavam ainda que uma vez gerada a doença em uma pessoa ela seria capaz de se reproduzir automaticamente independente da sua causa de origem. Já a teoria rival dos infeccionistas acreditava que as doenças eram causadas pelos “miasmas”, ou seja, substâncias animais e vegetais em putrefação transmitidas pelo ar. A transmissão, ainda para os infeccionistas de pessoa para pessoa se dava pela contaminação do ar proporcionada pela pessoa infectada. (CHALHOUB, 1996, p.64)

⁴ Terminologia utilizada no século XIX.

A partir da metade do século XIX epidemias como febre amarela, malária e cólera afetavam a população brasileira tanto das classes mais ricas até as mais pobres. No entanto as elites, amparadas pela ciência dos médicos sanitaristas da época, identificaram no “outro” as mazelas da sociedade. As elites passaram a considerar as classes pobres como “perigosas”, pois havia o medo de revoltas populares e, ainda, a possibilidade de contágio de doenças. (CHALHOUB, 1996, p. 29)

A partir deste período foi que os cortiços tornaram-se um problema para o controle social e começaram a aparecer nos debates políticos no Rio de Janeiro sob a perspectiva da saúde pública. Cria-se a Junta Central de Higiene com a missão de solucionar a equação entre habitações populares e saúde pública e a Câmara Municipal da Corte passou a debater regulamentações para a existência deste tipo de habitações. (CHALHOUB, 1996, p.30)

Além disso, o discurso higienista despertou, no imaginário das elites comerciais e políticas e do último quartil do século XIX em diante, uma dicotomia entre o passado colonial e um futuro à ser atingido através do progresso. Aquilo que é considerado antigo e colonial passou a ser considerado como bárbaro, primitivo, sujo, anti-higiênico, problemático e deveria ser combatido. O higienista e vereador Pereira Rego, da cidade do Rio de Janeiro, em discurso na Câmara para aprovação de mudanças nas Posturas Municipais da cidade justificou seu projeto da seguinte maneira:

O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização.

Tão verdadeiro é o princípio, que enunciamos, que em todos os países mais cultos os homens, que estão à frente da administração pública, procuram, na órbita de suas atribuições, melhorar o estado da higiene pública debaixo de todas as relações, como um elemento de grandeza e prosperidade desses países [...]

Entre nós, porém, força é confessar que as municipalidades [...] têm-se esquecido um pouco dos melhoramentos materiais do Município e do bem-estar, que deles pode resultar a seus concidadãos, tanto que sobre alguns pontos essenciais e indispensáveis ao estado higiênico, parece que ainda nos conservamos muito próximos aos tempos coloniais. (REGO, 1866, *apud* CHALHOUB, p. 34, 1996)

Foi partindo destes pressupostos que o poder médico participou ativamente do processo de urbanização atuando efetivamente para a expulsão da população pobre do centro da cidade para que a burguesia pudesse ocupá-lo novamente e a organização do

espaço interno. Ele era como uma espécie de consultor dos poderes institucionalizados e legitimava as decisões políticas que se involucravam de um caráter “técnico-científico”.

Este cientificismo teve suas raízes no liberalismo econômico e no Positivismo⁵, que após as revoluções burguesas de 1830 e 1848 por toda a Europa, consolidou as burguesias de diferentes Estado-nação no controle de seus respectivos aparatos estatais. Esta doutrina foi muito influente durante o século XIX e início do século XX. Esta gestão dita racional adquiriu uma diversidade de sinônimos aparecendo como “gestão técnica”, “administração competente”, “administração científica”⁶. Sua difusão se deu através de escolas politécnicas brasileiras que tinham professores oriundos da Europa e que formaram os primeiros engenheiros e técnicos que atuaram sobre as cidades. (SANTOS, 2009, p.344)

A absorção destas ideias e das concepções de “realismo literário” em Desterro aparecem quando da criação do grupo literário auto-intitulado “Ideia Nova”, por volta do ano de 1883/1884, composto por Virgílio Várzea, Cruz e Souza, Araújo Figueiredo, Santos Lostada e Horácio de Carvalho. A união desses escritores teve como patrono Francisco Luiz da Gama Rosa, então Presidente de Província, que era o ponto de ligação entre as correntes do pensamento contemporâneo no Rio de Janeiro influenciadas por Darwin, Spencer, Comte, Zola, etc. (ARAÚJO, p.144, 1989) Estes membros desta elite letrada, incluindo José Arthur Boiteux, vieram a criar em 1920 a Academia Catarinense de Letras inspirada na Academia Brasileira de Letras.

Não obstante, os intelectuais citados anteriormente foram buscar uma legitimação para o seu discurso no “outro”. Buscando nas origens, no abandono e na degenerescência dos colonos açorianos, motivos que levaram ao atraso e à miséria da população do litoral. Segundo esta elite, os colonos haviam sofrido com o paludismo, ao aportarem em terras litorâneas acarretando nessa degeneração fisiológica. Isto atendia aos interesses das tais elites “iluminadas” que era o de tutelar esta população “degenerada”. (ARAÚJO, p. 151, 1989) O discurso “crítico dos intelectuais” estava em

⁵ O Positivismo é uma doutrina formulada na França por Augusto Comte no século XIX para tentar amenizar alguns efeitos caóticos proporcionados pela Revolução Francesa. A doutrina Positivista busca a construção de uma sociedade amparada na ciência como a “religião” oficial. Um de seus pressupostos é o evolucionismo social, isto é, as sociedades caminham do mais primitivo grau até o mais evoluído sendo que para atingir o “progresso” é necessário “ordem”.

⁶ Em 1911, Frederic Winslow Taylor publica seu livro “Princípios de Administração Científica” onde desenvolve conceitos como “racionalização de trabalho” a partir de seu “Estudo dos Tempos e Movimentos”. Estas ideias renderam sátiras de Charlie Chaplin no filme “Tempos Modernos” quando um empresário inventa uma máquina para que o trabalhador não precise tirar o seu horário para almoçar podendo produzir ainda mais. O livro é voltado à administração de empresas porém é perceptível a influência da corrente Positivista em suas ideias.

estreita sintonia com os anseios reformistas postos em circulação pelos governantes (NECKEL, p.56, 1993).

A estreita relação entre o saber médico e o poder originou a elaboração de uma teoria da cidade que demandava uma constante vigilância por parte dos setores públicos. A saúde pública era essencial para o bom funcionamento do Estado e isto alavancou a medicina e a engenharia ao papel de redutores da sociedade para que defendessem o homem da própria desordem. É a partir destes elementos que procuraram intervir e submeter a cidade aos seus anseios e, que de forma incisiva impactaram no cotidiano e na sobrevivência da população mais empobrecida expulsando-os da zona urbana da capital. (GEBER, 1998, p.36)

Não obstante, a ideologia da Higiene ultrapassa a questão sanitária, abarcando ainda questões morais e as relações com o trabalho. Aquela população do litoral passou a ser identificada como preguiçosa e indolente, sendo necessário intervir para reerguer aquela população e moldá-la nos formatos de uma economia capitalista de mercado. Portanto, a limpeza da cidade significava retirar das ruas e locais públicos pessoas “indesejáveis” que estavam em desacordo com o que determinava a ordem estabelecida pelas elites (NECKEL, 1993, p.)

A ideologia da Higiene é, portanto, a confluência entre os interesses das elites governantes somadas ao envelopamento científico dado pelo poder médico para que, fossem tomadas decisões impopulares contra as populações pobres da região do entorno do Rio da Bulha. Isto foi possível devido a dissimulação e a legitimação proporcionada pelo envelopamento científico, uma espécie de Cavalo de Tróia aplicado sobre aquelas populações.

Segundo Araújo, este foi um período em que uma geração de escritores, jornalistas, críticos, poetas, historiadores e políticos se “arvoraram” como portadores de uma “verdadeira consciência”, se sentiram no direito e no dever de refletir acerca da realidade social local e pensaram ser seu dever agir para “reerguer o homem do litoral” tirando-o do “marasmo” e do “atraso”. (ARAÚJO, 1989, p.132)

Mesmo que não seja possível identificar em documentos institucionais o caráter de segregação racial de forma explícita, a ideologia da higiene e as percepções racistas orientavam as autoridades nas práticas da reformulação urbana. (FISCHER, 2007 p. 424)

2.2 A reformulação dos instrumentos de poder

A chegada dos Republicanos ao poder deu ao estado e à cidade um vigoroso projeto reformador com o intuito de varrer as memórias da participação na Revolução Federalista e do passado colonial para baixo do tapete. (ARAÚJO, 1989, p.112) Além disso, esta transição do período monárquico para o regime republicano no Brasil acelerou um processo de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social, amplamente baseados na Ideologia da Higiene, e que vinham se desenvolvendo vagarosamente ao longo do século XIX. Estes mecanismos foram se azeitando com os interesses das elites de Desterro e moldando a paisagem central da cidade em um processo violento que culminou com a expulsão das pessoas pobres da zona central da cidade.

Diferentemente da velocidade vista no século anterior, o século XX iniciou com promessas de grandes mudanças e reformulações do centro urbano de Florianópolis. Além disso, iniciou com uma nova variável capaz de fomentar e balizar as mudanças que viriam a acontecer, que era o fator “salubridade”⁷. A questão de “saúde pública” foi o pretexto necessário para que as elites pudessem realizar alterações de infra-estrutura nas cidades do modo que bem entenderiam. Segundo Neckel e Chalhoub, este é um fator importantíssimo que ajuda a explicar o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle por parte do Estado. (NECKEL, 1993, p. 28)

Como podemos perceber, em sua forma de narrar alguns eventos referentes à cidade de Desterro, o historiador Oswaldo Cabral retrata a capital do estado como se a norma fosse sujeira, ruas e praias imundas, com vielas e becos estreitos e acanhados. Segundo ele, era devido à ignorância dos indivíduos em relação às “normas da higiene”, a causa dos maus hábitos e dos problemas de saúde pública da cidade.

Suas obras nos fazem imaginar a cidade durante o período. No entanto, por ser adepto da ideologia da Higiene, é necessário adotarmos um tom crítico em relação à forma com que ele abordou certas temáticas. No trecho a seguir podemos perceber o tom higienista de Cabral:

⁷ Salubridade neste contexto é a base física e social que garante aos indivíduos as melhores condições de saúde. Medicina que implicou em medidas autoritárias como reclusões, quarentenas, visitas domiciliares, de controle para garantia da higiene e saúde pública.

Lixo e titica nas casas, nas ruas, nos quintais, nas praias, nas esquinas. Havia até [...]um beco que, a falta de outro nome, que lhe fosse apropriado, recebeu o de Beco Sujo... Que não apresentaria êle! (CABRAL, 1979, p.191)

Diante deste novo fator, a população passou a ser considerada responsável pelos problemas e pelas epidemias. Por não acreditarem na importância da vacinação, do isolamento, de hábitos sadios e equilibrados, criavam o cenário perfeito para o desenvolvimento de doenças. Para as elites era necessário impor uma “ordem” a “desordem urbana”. (NECKEL, 1993, p.72) Diferentemente dos grandes centros, onde as classes “perigosas” aglutinavam os medos tanto de revoltas quanto de contágio, em Florianópolis não havia grandes tensões sociais. As elites se apoiaram muito mais na possibilidade da pobreza ser vista como um vetor para doenças. (ARAÚJO, 1989, p. 83)

Os jornais à época passaram a reproduzir constantemente evocações de bons hábitos e críticas aos maus. Os vícios morais que impactavam na produtividade do trabalhador como o consumo de álcool, a vadiagem, o jogo e a prostituição invadiam as páginas dos jornais. No jornal A opinião de 08 de junho de 1915 publicou-se sobre o álcool:

Conheceis-me?[...] sou o príncipe de todas as alegrias, o companheiro de todos os gozos mundanos, o mensageiro da morte, o rei que governa o mundo. Compareço a todas as cerimônias e nada se realiza sem a minha presença. Forjo os crimes, faço nascer no coração dos homens os maus pensamentos, mancho os lares, sou o pai dos filhos sem pai, enveneno às raças, promovo o envelhecimento, à depravação, os suicídios, a loucura, o crime em todos as formas imagináveis.
Sou o álcool... (NECKEL, 1993, p. 75)

Além disto, a imprensa veiculava os anseios destas elites que buscavam estabelecer uma ordem social baseada no valor de relações de trabalho regradas e que para isso criticava outras formas de sustento divergentes como os vendedores ambulantes por exemplo. Como no trecho a seguir publicado no jornal República, de 12 de março de 1921:

No trapiche municipal, onde há grande movimento de famílias que tomam as lanchas para o continente, tem se tornado o ponto preferido pelos indivíduos de má educação. [...] sem a menor consideração, sem guardar conveniências de qualquer ordem os vagabundos, na sua maioria rapazes vendedores de balas e “tutti quanti” há de peraltas, proferem as maiores obscenidades. (NECKEL, 1993, p.76)

Os adjetivos para descrever aqueles que não se encaixavam nos modelos estabelecidos pelas elites como trabalhadores regulares eram muitos como

“desavergonhados”, possuidores de “má índole”, ou ainda “parasitas sociais”. Segundo Neckel, a polícia aparece nos jornais do início do século XX como responsáveis por realizar uma limpeza na cidade livrando-a dos “indesejáveis”, dos “vagabundos e mendigos” do centro da cidade. Podemos ver na seguinte notícia publicada no jornal O Dia, sobre o fechamento de um cortiço no Beco Irmão Joaquim:

Delegacia de Polícia

O Sr. Major Fernando Machado, Delegado de Policia mandou [...] a bem da ordem e moralidade publica, mandou fechar um cortiço de negras vadias na Fonte da Bulha.

Neste Cortiço residiam 12 creoulas e pardas que durante a noite ali praticavam desordens e veiam furtando gallinhas na visinhança.

Acertado medida. (O DIA, Florianópolis, 14 de agosto de 1916, p.12, c.5)

Ou ainda a publicação no jornal A República, de 24 de março de 1921:

[...] por ocasião da atracação do paquete “Sírio” ao Trapiche da Rita Maria, achavam-se naquele local várias decaídas que a polícia mandou retirar dali.

A polícia continua fazendo a limpeza nos trapiches e ruas de nossa capital, onde existe grande número de vagabundos sendo efetuadas várias prisões. (NECKEL, 1993, p. 79)

Segundo a autora acima citada, é possível percebermos elogios nos artigos do período à eficiente atuação da policia, e ainda, a construção de uma oposição em relação aos termos “trabalho” e “vagabundos” onde, com o “trabalho diário receberão as lições para se tornarem indivíduos úteis a sociedade” (NECKEL, 1993, p.79) A partir de 1919, os presos por vadiagem eram remetidos à Fortaleza de Santa Cruz e recebiam trabalho e alimentação. Segundo Neckel, as ações da polícia buscavam dar conta daqueles cuja presença inoportuna aparecia como uma ameaça ao bom funcionamento do mercado de trabalho em constituição. É importante salientar aqui as relações entre a redefinição do aparato policial-judiciário e a constituição de um mercado de trabalho urbano em formação. Apesar da função repressiva do aparato policial-judiciário, entre 1910-1939 ele assume um caráter que ultrapassa apenas a repressão e a coerção e adquire contornos no sentido de disciplinar os indivíduos. (NECKEL, 1993, p.80, p.81)

As prostitutas eram vistas pelos médicos higienistas como grandes inimigas da saúde publica, da moral e dos bons costumes. Segundo eles, elas seduziam os libertinos transmitindo-os doenças venéreas e gerando filhos doentes que elevavam os índices de mortalidade infantil. Além disto, segundo eles, o exemplo de vida desregrado e a convivência com meninas menores de idade dando-as o mau exemplo eram considerados “o pior dos contágios” (NECKEL, 1993, p.83)

A obrigação de ter de compartilhar as ruas da cidade com a população pobre provocava nas elites encontros que não fluíam na direção dos ideais burgueses que estas passaram a adotar, produzindo desconforto e dando margem para manifestações favoráveis às medidas disciplinadoras. (ARAÚJO, 1989, p. 56)

As instituições assistenciais criadas nos idos dos anos 1910, como o Asilo de Órfãs São Vicente de Paula e o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, surgem justamente como meios para que as elites consigam moldar aquela população carente à sua imagem burguesa. (ARAÚJO, 1989, p. 57)

Em 1910 surge o Asilo de Órfãs São Vicente de Paula, construído em uma parceria entre a Paróquia Nossa Senhora do Desterro e a Irmandade do Espírito Santo para criação do Orfanato Santa Catarina. O orfanato surge com um verniz caritativo para dissimular a sua intenção primordial, que consistia em isolar socialmente as meninas menores de idade de “mulheres decaídas” que pudessem contaminar e corromper o futuro das crianças. (NECKEL, 1993, p.105)

Sob mesmo pretexto temos a inauguração, em 1910, do Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim. Ele foi construído em uma parceria entre a Irmandade do Divino Espírito Santo e integrantes da recém-fundada “Associação Irmão Joaquim”, tendo recebido diversas doações de políticos e pessoas de posse da cidade, inclusive de dois proprietários do Beco Irmão Joaquim, Octavio Cardoso da Costa e José da Costa Ortiga. (ARAÚJO, 1989, p. 57)

A intenção consistia basicamente em retirar de cena aquelas pessoas que dependiam de esmolas e viviam nas ruas da capital. Estas pessoas, uma vez acolhidas ao Asilo, deveriam agir de acordo com o estatuto da instituição. Eles receberiam uma ocupação compatível com seu estado físico e todos os momentos do seu dia ordenados por diversas prescrições, como horário das refeições, do trabalho, do descanso e dos passeios na cidade. Segundo Araújo, caso o indivíduo se aproveitasse do horário de passeio para mendigar, sua punição teria a privação dos passeios por noventa dias consecutivos. (ARAÚJO, 1989, p. 58)

Buscou-se, portanto retirá-los de circulação da área central da cidade, limitando assim os seus espaços. (NECKEL, 1993, p. 103) Logo no primeiro ano de funcionamento foram inscritos quatro como pardos, três negros, dois estrangeiros e onze brancos, destes seis com idade acima de cinquenta anos. Segundo Santos, a partir destes dados é possível concluir que na primeira década do século XX, mesmo com a modificação do regime e da relação de trabalho de escravista para assalariado, os

negros, pardos, migrantes, velhos ou abandonados ainda eram a parcela mais pobre da população. (SANTOS, 2009, p. 134)

As ações policiais passaram entre 1910 e 1930 por diversas mudanças em seus aparatos em busca de aprimoramento de formas de vigilância e intervenções sobre a cidade e seus habitantes. Em 1911, o Chefe de polícia, Sálvio de Sá Gonzaga, em relatório ao governador do Estado, propôs a criação de uma “polícia secreta” para “observação”; o estabelecimento de um Gabinete de Identificação e Estatística e um serviço médico legal. Além disso, solicitou maneiras de instrução aos guardas civis para prevenção da paz, vigilância e prudência. (RELATÓRIO AO GOVERNADOR DE ESTADO, 1911 apud NECKEL, 1993, p.92)

Foi criado em 1917, o “Gabinete de Identificação e Estatística Criminal” sob a seguinte justificativa:

Não se concebe, hoje em dia, na mais moderna concepção da polícia-científica, que os serviços que lhe são afetos não se baseiem e não se amparem nas pesquisas, laudos e exames que o médico perito profissional procede escudados nos progressos, hoje inegáveis, da medicina legal. (NECKEL, 1993, p.95)

Isto ocorreu para preencher uma lacuna que a imprensa não conseguia atingir, pois mais da metade da população de Florianópolis era analfabeta e, ou, não tinha condições de comprar jornal. Em 1902, a população da área urbana de Florianópolis era de 13.474 pessoas, das quais 7.070 estavam inclusas entre as que “lêem e escrevem”. Em 1916, a área urbana contava com cerca de 20.000 habitantes e possuía 12.283 alfabetizados. O papel da polícia foi reprimir as posturas indesejáveis (ARAÚJO apud NECKEL, 1993, p.88)

Outro órgão que passou por alterações para dar seguimento ao projeto modernizador e saneador em Florianópolis foi a Inspetoria de Higiene, que em 1919 passa a se chamar Diretoria de Higiene. Ela atuou adotando práticas pedagógico-sanitaristas através de panfletagem e “projeções luminosas” no teatro e em casas de diversão. Ela passou a oferecer consultas médicas e remédios gratuitos, e, ainda, visitas domiciliares para difundir os princípios da higiene moderna. No entanto, o que foi percebido foi uma tentativa de tutelar a população mais humilde da cidade.

Para melhor desempenhar suas tarefas, a Diretoria de Higiene criou comissões sanitárias que cobririam toda a totalidade do perímetro urbano da capital, como

podemos ver no relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima ao Dr. José Boiteux:

[...] a situação é a de uma guerra [...] em que temos obrigação de apresentar uma resistência enérgica e decisiva, numa ofensiva que, sabiamente conduzida, há de trazer sem dúvida a vitória traduzida por um resultado satisfatório e completo. (ARAÚJO, 1989, p. 178)

Percebe-se no trecho acima que a retórica de guerra demonstra a intensidade com que os agentes sanitários, que representavam o Estado e tinham o suporte da polícia para realizar as visitas, por exemplo, atuaram sobre a parcela mais empobrecida da população. Após um mês de visitas o jornal a República aborda a questão:

[...] essas visitas têm dado o melhor resultado. Por causa delas muitas modificações têm sido introduzidas em habitações que se ressentiam dos mais rudimentares preceitos de higiene. Por elas veio a se descobrir quão pouco caso muita gente fazia das posturas Municipais e das determinações dos regulamentos sanitários, encontraram-se por toda parte grande criação de suínos; poços abertos, verdadeiros viveiros de mosquitos; criações de galinhas nos porões das casas que por isto mesmo apresentaram condições da mais completa imundície; estrumeiros abertos, monturos e depósitos de lixo, em grande número de quintais etc. etc...

As visitas domiciliares, além de virem a pôr um paradeiro a essas práticas condenáveis e já absolutamente inadmissíveis na época atual e em uma capital, trazem um fim eminentemente útil: o de educarem o povo sob o ponto de vista da higiene. (ARAÚJO, 1989, p. 179)

Segundo Nascimento, as elites da cidade encontraram dificuldade em enquadrar nos modelos civilizatórios a população iletrada e teve que recorrer a outras vias para exercer o controle social sendo possível identificar neste campo um espaço de disputa de vivências dentro da cidade. (NASCIMENTO, 2008, p.51)

Foi entre os anos 1910 e 1930 que a solução para a questão da Saúde Pública de Florianópolis passou da limpeza urbana no sentido estrito da palavra para uma limpeza moral que incidia sobre a população mais pobre e erradicava algumas de suas formas de sobrevivência. (ARAÚJO, 1989, p.181) Para que fosse alcançado, pelas elites, o tão almejado “progresso” rumo à “civilização” era indispensável sanar e sanear tais incorreções.

2.3 Apertando o cerco

A partir da metade do século XIX é possível percebermos um lento, mas gradativo aumento do cerceamento aquilo que entendemos como modos de sobrevivência por parte da população carente já abordado anteriormente nesta pesquisa.

Os Códigos de Posturas vieram para normatizar os modelos arquitetônicos. (VEIGA, 1990 p.153) Muito mais do que isso, os Códigos de Posturas municipais proporcionou à classe política, pouco a pouco, limitar os espaços de atuação e as condições de permanência daquela população dentro do perímetro urbano. Segundo Santos, as proibições atingiam em cheio os pobres. (SANTOS, 2009, p.325)

Em 1884 a Câmara Municipal aprovou a proibição a habitação de mais de quatro pessoas por quarto ou casa em um cortiço⁸. A prática de cortar lenha do morro do Antão para vendê-la na cidade era um meio de conseguir uma renda extra para esta população. No entanto, entre os anos de 1860 e 1888 houve a proibição para transportar lenha de canoas, sendo esta embarcação a mais básica e presente nas duas baías, ficando autorizado o transporte apenas em iates. (SANTOS, 2009, p.325)

Outro episódio de tensão ocorrido entre as classes pobres e os abastados foi em relação ao antigo Mercado Público construído em 1849. Os comerciantes de classes abastadas viviam insatisfeitos com o aluguel de barraquinhas de comércio e de quitandas à “pessoas imorais e escravos” que diziam prejudicar a imagem do local. No novo Mercado Público, construção datada de 1898, os endinheirados estabeleceram regras limitando a presença dos “indesejáveis”. (SANTOS, 2009, p.326)

A chegada da República atingiu veementemente as classes pobres através do aumento da capacidade de controle fornecido pelo desenvolvimento da burocracia estatal. No ano de 1899 a superintendência da capital lançou um decreto obrigando todos os carregadores a obter uma matrícula da superintendência cujo imposto anual seria no valor de cinco mil réis. Caso o carregador não andasse munido do seu número de matrícula seria multado em dois mil réis. Em 1902, com a lei 157, acirrou-se ainda mais e as cobranças anuais tornaram-se semestrais. (SANTOS, 2009, p.327)

Buscou-se ainda, a partir desta virada do século, produzir uma imagem associada ao que era almejado como “civilizado” em contraponto àquilo que era ultrapassado e selvagem. O Código de Posturas Municipal foi o principal meio de cerceamento de direitos

⁸ O Presidente Gama Rosa justificou a aprovação afirmando que aquelas moradias eram as causas da insalubridade da capital.

que paulatinamente desencadeou uma distinção entre as classes durante as duas primeiras décadas do século XX. Atitudes e hábitos, como criar galinhas e porcos nos quintais de casa, estender roupas e pendurar gaiolas em janelas, o trânsito de ambulantes e carregadores nas calçadas, foram coibidos sendo aceitáveis na roça, mas não na área considerada urbana. (ARAÚJO, 1989, p. 35)

A proibição de capinzais e de criação de animais foi muito sentida pela população que habitava as casinhas, pois era uma forma de conseguir alguns alimentos de subsistência sem ter a necessidade de comprar certos produtos em uma cidade onde a carne, leite e alguns outros produtos eram inacessíveis à classe pobre. Estas Posturas Municipais definitivamente encareceram o custo de vida para esta população e forçou-os a encontrar outras formas de subsistência coibindo seus modos de sobrevivência. Como publicado no jornal A Época, em 1915:

Os morros desta capital, principalmente o que margina a praça General Osório estão devastados por grande número de indivíduos que vão em busca de lenha. Diariamente observa-se uma verdadeira romaria de lenhadores de ambos os sexos munidos de machados e outros instrumentos cortantes subindo o morro com o fim exclusivo de devastar as matas. (NECKEL, 1993, p. 116)

Quanto às edificações, Cabral afirma que durante o século XIX, a Câmara autorizava reparo em velhas casas, desde que não oferecessem riscos aos moradores ou transeuntes. (CABRAL, 1979, p.241) No ano de 1915 a possibilidade se manteve, como podemos ver na seguinte publicação:

Superintendência Municipal

Com a sentença de intimação feita pelo fiscal Monteiro, foram hoje entregues á Thesouraria da Superintendência... O requerimento em que o Sr. Miguel Reinisch, pedia licença para reconstruir um prédio no becco Irmão Joaquim, teve o seguinte despacho: - Deferido, fazendo o recuo de accordo com a lei 353, art.2. (O ESTADO, Florianópolis, 28 de maio de 1915, p.2, c. 1)

A partir de 1916 o cenário começou a se modificar em relação aos cortiços e casinhas de porta e janela e as leis passaram a interferir no cotidiano daquela parcela da população. Com a publicação da lei nº 407, a Superintendência Municipal, ficava autorizada a realizar expropriações para por em prática a reformulação urbana da região:

Governo Municipal

LEI N. 407

Dorval Melchades de Souza, Superintendente Municipal de Florianópolis.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

[...]

§ 2º Os terrenos, que forem julgados convenientes para a abertura de novas ruas ou praças, serão pelo Poder Executivo, declarados de utilidade pública; e aqueles, nas condições citadas, cujos proprietários resolvam cedê-los para os fins alludidos, a Municipalidade mandará alinhá-los, cercá-los, e nivelá-los na forma do estabelecido.

§ 3º Enquanto não for levantada a planta na conformidade do presente artigo, não serão autorizados novos alargamentos, prolongamentos, ou aberturas de ruas e praças, salvo quando os terrenos para os fins referidos forem gratuitamente cedidos, caso em que a Municipalidade, julgando-os convenientes, procederá de acordo com o estabelecido no final do parágrafo anterior. (O DIA, Florianópolis, 19 de outubro de 1916, p.2, c. 3)

A partir da sua publicação, o governo precisava apenas declarar “utilidade pública” para efetivar qualquer tipo de expropriação que julgasse necessária. Mais para frente veremos que na prática isto funcionou com diferentes valorações dependendo de quem estava do lado oposto ao governo. Para desapropriar uma chácara em zona considerada nobre, lentidão e processo judicial solicitando avaliadores. Para desapropriação de cortiços e comandar a expulsão da população pobre da zona central da cidade, celeridade total. O ano de 1916 ficou marcado por um maior alinhamento dos aspectos jurídico-legal que autorizava a Superintendência a realizar as incursões reformadoras sobre a população do Rio da Bulha. Além disso, ficou definido na mesma lei aquilo que seria considerado como área urbana da capital do Estado:

Art. 5º É considerado perímetro urbano propriamente dito, a área da cidade delimitada pelas seguintes ruas e praças inclusive: a partir do Hospital Militar, a rua Menino Deus, Largo 13 de Maio, Loureiro, Praça General Osorio, ruas Annita Garibaldi, Marechal Bittencourt, Major Costa, José Veiga, Demétrio Ribeiro, Quintino Bocayuva, Almirante Lamego, Duarte Schutel e Hoepcke. (O DIA, Florianópolis, 19 de outubro de 1916, p.2, c. 4)

Mapa 3: Área interna representa a área delimitada como Urbana em Florianópolis a partir de 1916 e sujeita ao respectivo Código de Posturas Municipais para o meio urbano.



Mapa elaborado por Matheus Aloisio Lehen. Fonte: Planta topográfica da cidade do Desterro. Rio de Janeiro, RJ: Arch. Militar, 1879. (VEIGA apud KLAUCK, 2018, p.56)

Na prática isto significava em mais uma proibição das formas de sobrevivência da população humilde que dependiam da criação de animais como porcos e cabras. Não obstante, os bairros mais pobres como o Beco Irmão Joaquim, a Tronqueira e a Pedreira entraram no rol de áreas sujeitas à aplicação dos códigos de postura urbanos, bem como da tributação da décima urbana. Ou seja, caso desejassem ter suas pastagens e criar seus animais teriam de buscar construir residências em regiões mais afastadas como a Trindade e as áreas mais acima do morro do Antão.

Em outubro do mesmo ano a Superintendência Municipal publicou uma nova lei, em dois dias consecutivos, obrigando os proprietários de edificações em áreas urbanas à realizar, sob pena de multa, adequações em suas propriedades:

[...]

Art 9º Cada cano de pluvial, conhecido por “bocca de jacaré” que em o dia 15 de Janeiro próximo ainda permanecer desaguando nos passeios fará á proprietário do prédio incidir no imposto annual de vinte mil réis.

Paragrapho único – A sua substituição após aquelle praso por um cano interno, desaguando na sargeta, não isenta o proprietário do imposto relativo ao anno.

Art. 10º As cercas de arame ou vivas ixistentes no perímetro urbano propriamente dito de accordo com a Lei n. 407 de 16 de Outubro de 1916 ficam sujeitas ao imposto de duzentos réis por metro corrente.

Art. 12º Os donos de prédios nos quaes os canos de desaguamento dos telhados despejem sobre os passeios e que até 15 de Fevereiro futuro não os tiverem feito desaguar nas sargetas, serão lançados para pagamento do imposto de vinte mil réis.

Paragrapho único – Logo qqe a Superintendencia Municipal entender exgottado o praso supra, mandará fazer o dito serviço por conta do proprietário e no qual serão incluídos 10% como multa, cobrando-se executivamente se, quinze dias após haver sido apresentada a conta respectivas não tiver sido indemnizadas. (O DIA, Florianópolis, 28 de outubro de 1916, p.2, c. 3)

E no dia seguinte:

[...]

Art. 25º É vedada não só a edificação como a reedificação ou reparos de pequenas casas ou casebres e cortiços no perímetro urbano propriamente dito. (O DIA, Florianópolis, 29 de outubro de 1916, p.2, c. 2)

O nono artigo trata da criação de um bueiro, atualmente conhecido por “boca de lobo”, que seria responsável por escoar acúmulos de água evitando que elas ficassem empoçadas no terreno. Isto demandaria um custo considerável, pois seria necessário abrir um buraco para passar a tubulação em direção à sarjeta. Já o décimo segundo artigo corresponde à instalação de calhas para captação da água da chuva para levar as águas diretamente às sarjeta e não mais no meio da via pública. Este último levanta um questionamento técnico em relação à utilidade prática da intervenção, pois se está chovendo e as calhas deságuam na via pública, que diferença faria a instalação de uma calha para levar à sarjeta?

É justo levantar suspeição em relação à elaboração de tal lei, como levantaram em uma carta publicada por proprietários que veremos mais adiante neste trabalho. É de se salientar também o ímpeto reformador que tomou conta das elites governantes, pois caso não fossem feitas as adequações pelos proprietários, a Superintendência estaria autorizada a realizá-las e enviando assim a conta ao proprietário.

Não sendo isto o suficiente, o artigo 25 passa a proibir a construção, reedificação e reparos em casebres ou cortiços dentro do perímetro urbano. Percebemos aqui que a lei deixa explícito que está se considerando apenas o perímetro urbano. Não é possível definir exatamente, mas é necessário chamar atenção para a interposição do artigo 25, que versa sobre a proibição dos cortiços. Ele está inserido na segunda parte perto do fim da publicação, quando todos os outros artigos de lei que versam a respeito de

edificações estão na primeira parte e uns próximos aos outros, dando a impressão de ter sido deslocado, possivelmente, por se tratar de uma medida impopular.

Esta lei afetou diretamente os proprietários que se foram obrigados a promover mudanças na captação das águas da chuva através das calhas “Boca de Jacaré” e investir em uma propriedade que já estava condenada, pois, na mesma lei, proibiu-se as reformas às edificações e cortiços. Possivelmente, quem teve de arcar com as despesas das adequações foi a população mais pobre, que deve ter visto o valor do seu aluguel reajustados para cima, haja visto que, segundo Fischer, neste período era desconhecido contratos de aluguéis firmados em cartório, o que impossibilitava qualquer reclamação jurídica por parte dos inquilinos. (FISCHER, 2007, p.421)

Em 3 de agosto de 1919, dias antes do processo de demolição no Beco Irmão Joaquim iniciar e que iremos abordar mais a frente, foi re-publicada a Lei 226⁹ de 1904, que proibia a entrada de pessoas maltrapilhas ou descalças conduzindo cargas ou embriagadas nos espaços públicos. (SANTOS, 2009, p. 334) Não é possível sabermos se houve o efetivo cumprimento da lei, mas ela fora aprovada.

Nesse final de década de 1910, as palavras do momento eram “higienizar”, “modernizar”, “aformosear” e “embeleazar” abrindo espaços verdes, alargamentos e calçamento de ruas sem qualquer espécie de contrapartida social que pudesse evitar a expulsão daquela população pobre em direção ao morro do Antão. Ocorreu, então, uma ocupação desordenada das fraldas do morro do Antão que se estendeu no tempo até os dias atuais, mas que teve seu marco inicial no final dos anos 1910.

⁹ A lei 226 proibia a entrada nos jardins públicos de pessoas descalças, maltrapilhas, conduzindo carga, embriagados e loucos, destruir construções ou adornos, pisar nas gramas, praticar ações ofensivas à moral pública, pronunciar palavras injuriosas ou usar de gestos indecentes, provocar desordens, aglomeração de rapazes em algazaras e correrias em desacordo com a boa educação, desenhar figuras, danificar, cortar ou escrever os bancos, conduzir carros, carrinhos ou velocípedes”.

CAPÍTULO 3

3 BENEFICIADOS E RETIRADOS

3.1 A Canalização do Rio da Bulha

O córrego da Fonte Grande ou Rio da Bulha era um rio formado por cinco afluentes e que cortava boa parte da margem leste do centro da cidade Florianópolis. Atualmente, ele encontra-se canalizado e completamente encoberto ao longo da Av. Hercílio Luz, mas nem sempre foi assim. Antes, ele recebia as águas das fraldas do Morro do Antão serpenteando até desaguar na baía atrás do Forte Santa Bárbara. Desde o início do povoado até aproximadamente a metade do século XIX, quando seu entorno ainda não havia sido tomado por moradias, o rio era responsável pelo abastecimento de água da população e fonte de renda para lavadeiras e pescadores que pescavam em sua foz. (SANTOS, 2009, p. 503)

No entanto, com o aumento de moradores no entorno do Rio da Bulha, devido ao deslocamento da população pobre da área central, causada pela construção de sobrados na área central de Desterro, acarretou na deterioração do córrego e tornou a situação sanitária do local delicada. O córrego passou a ser utilizado como destino para as águas servidas e para descarte de lixo e entulhos pela população local.

Havia nos jornais inúmeras reclamações dos escritores quanto às condições sanitárias e a salubridade do córrego, altamente influenciadas pela ideologia higienista e que nos dizem mais sobre os interesses destes autores do que da população que daqueles que de fato ali viviam. Estas publicações contribuíram para modelar o imaginário da sociedade do período e contribuíram para um consenso de que algo deveria ser realizado para resolver a questão.

Isto não significa dizer que não havia problemas, oriundos da poluição do rio, que definitivamente afetavam a população da localidade. Os habitantes daquela região conviviam constantemente com problemas de saúde causados pelas chuvas intensas que inflavam as margens do rio alagando a região. Estes alagamentos, bem como a poluição

do rio, eram responsáveis por disseminar doenças alimentando, no imaginário das elites, o medo perante aquela população que ali residia. Além disso, os alagamentos causavam prejuízos financeiros para aquela população. (SANTOS, 2009, p.503)

Este medo das elites em relação à população mais pobre apontava em direção a todos os bairros habitados por pessoas carentes na cidade, mas a região do entorno do Rio da Bulha adquire certa relevância nas páginas jornalísticas pela quantidade de pessoas habitando a região e pela proximidade com a zona central, o que torna a região em um local com atrativo valor imobiliário.

Reiteradamente encontramos em jornais do período notícias relacionando o Rio da Bulha com doenças contagiosas e como uma região infecta e vetor de doenças. No ano de 1895, internaram-se no Hospital de Caridade três doentes por varíola que haviam chegado da Capital Federal infectados. Para conter o surgimento de uma epidemia a publicação informa aos leitores que já haviam sido tomadas as devidas medidas pelo governo e pela Inspetoria de Higiene como, por exemplo, desinfetar a casa onde o primeiro doente estava e queimar tudo que pudesse propagar a doença.

Além disso, o governo anunciou por meio do jornal República, quarta-feira, 21 de agosto de 1895, que as seguintes medidas combinadas seriam tomadas:

O desvio do curso do Riacho que passa sob a ponte do Vinagre, a proibição para a lavagem de roupa na Fonte Grande, o pedido de *lympha vaccinica*, o estabelecimento do serviço de vacinação logo que chegasse a *lympha* solicitada pelo Governo, as medidas combinadas para serem postas em execução, caso se desse a propagação do mal. (REPÚBLICA, Florianópolis, 21 de agosto de 1895, p. 1, c. 1)

Quatro anos mais tarde, em 10 de janeiro de 1899, uma publicação do jornal O Estado, critica a intenção do Superintendente Raulino de instalar um banheiro público, uma lavanderia pública e uma barragem na Fonte da Bulha. O autor critica o banheiro público, pretendido por Raulino, como uma afronta aos costumes da época, e cita ainda a “Bulha”¹⁰ que causaria caso fosse instalado um na localidade. (O ESTADO, Florianópolis, 10 de janeiro de 1899, p. 1, c. 4)

Segundo o autor a intenção do Superintendente Raulino seria de criar uma barragem no rio para instalar uma lavanderia pública. Quando fossem liberadas as águas represadas e utilizadas para lavanderia pública, aquele volume daria vazão aos entulhos e dejetos do rio, higienizando-o por completo. Segundo o escritor, a ideia do

¹⁰ A palavra bulha significa desordem, barulho, confusão de ruídos. Esta nomenclatura era portanto uma forma pejorativa de retratar a região do entorno do rio menosprezando a população que o envolvia.

superintendente era péssima porque ao se abrir as comportas da barragem, as águas não higienizariam o córrego como ele imaginava e, sim, ocorreria um acúmulo de dejetos nas margens do rio que pioraria a situação.

A matéria pede ainda para que ao invés do investimento acima, o dinheiro seja utilizado na canalização do Rio da Bulha, bem como da Rua da Tronqueira até o mar, contribuiria para o saneamento e o embelezamento da capital. (Jornal O Estado, 10 de janeiro de 1899) Nota-se aqui que, pelo menos desde o fim do século XIX, já se abordava o assunto de canalização do Rio da Bulha.

Existe um fator em comum nas duas publicações do final do século XIX. Ambas demonstram o interesse em coibir a atuação das lavadeiras em uma região em que historicamente tiraram seu sustento. A primeira relaciona o risco de uma epidemia de varíola com a atuação das lavadeiras no Rio da Bulha. Na segunda matéria, a criação de uma lavanderia pública atentaria contra os bons costumes da sociedade e por isso não deveria ser construída.

A partir destas notícias podemos perceber que não havia discussão sobre a permanência ou existência daquela população pobre que residia ali, bem como do que seria feito em caso alguma das duas propostas fossem levadas adiante. Pois, caso fosse criada a lavanderia pública, bem como a barragem pretendida pelo superintendente Raulino, haveria a formação de um reservatório atrás da barragem e isto afetaria a população da região.

Encontramos também um aumento de publicações relacionadas a brigas, prisões, assassinatos na localidade, após o ano de 1915. No dia 12 de fevereiro de 1916, ocorreu uma briga entre dois ex-soldados do 54º batalhão de caçadores que estavam na venda do Sr. Antonio Ribeiro de Lemos, em seu comércio estabelecido na esquina do Beco Irmão Joaquim com o Largo 13 de Maio. Eles teriam discutido fortemente por motivos de dinheiro, segundo o periódico.

Sem muita demora, ambos, de faca em punho, atracaram-se em luta corporal com brutal vehemencia.

Os circunstantes não puderam conter a tempo os luctadores que d'ali a instantes estavam esfaqueados e lavados em sangue. (O ESTADO, Florianópolis, 12 de fevereiro de 1916, p. 1, c. 5)

Manoel Francisco foi ferido na barriga e João Cruz recebeu facadas profundas no peito e no estômago. A polícia chegou e levou ambos para a delegacia onde foi lavrado a prisão em flagrante e o dr. Ferreira Lima, médico e Inspetor de Higiene, fez os primeiros socorros. Manoel permaneceu preso e João Cruz foi remetido ao Hospital de

Caridade vindo a falecer quando foi submetido a uma cirurgia. Segundo o Jornal O Estado:

Nenhum delles gozavam de boa fama no 54º batalhão de caçadores do qual, ha poucos dias, foram expulsos por faltas graves e reiteradas.
Cruz, sempre foi um soldado indisciplinado e perverso.
Pertenceu ao batalhão naval e fez parte da revolta do João Candido¹¹.

É possível que os brigões morassem na localidade do Beco Irmão Joaquim por se encaixarem no perfil abordado anteriormente. Ambos eram soldados de baixa patente e que, segundo a fonte, enfrentavam problemas financeiros. Na mesma reportagem traz que Manoel Francisco já havia pedido dinheiro emprestado a membros da “alta sociedade” dias antes deste evento acima.

Mas algo que definitivamente chama atenção nesta notícia é o tratamento dado pela polícia a uma pessoa que havia sido gravemente ferida e estava agonizando. Eles foram levados primeiro para a delegacia para lavrar o auto de prisão e só após isto que João Cruz foi encaminhado ao Hospital de Caridade, aonde veio a óbito.

Apesar de ser possível encontrar notícias de eventos graves este homicídio acima, esta não era a regra. Grande parte das questões em que a polícia se envolvia estava relacionada ao controle da ordem e a moralidade pública que passaram a ser reprimido, como o jogo, a bebida, capoeira, a prostituição. Como podemos ver no excerto à seguir, comemorando:

Pelo sr. Major Fernando Machado, delegado de policia, [...] [...] mandou fechar um coloio de creoulas desordeiras, sito no Becco Irmão Joaquim, e que durante a noite perturbam o socego publico, sendo as moradoras chamadas á delegacia.
Em vista das constantes queixas e reclamações, aquella autoridade vae providenciar afim de pôr termo ás *serenatas e trovadores* que vivem a alta da noite perturbando o socego publico. (O ESTADO, Florianópolis, 3 de dezembro de 1916, p. 2, c. 4)

Na notícia é possível encontrarmos uma confluência a partir da caracterização das mulheres como desordeiras, que perturbam o sossego “público” e que entra em conflito com a ideia de “ordem pública”. Fica evidente também o caráter difamatório da publicação estigmatizando a população da localidade e abrindo espaço para a construção da futura avenida.

¹¹ João Candido foi um dos líderes da Revolta da Chibata, que ocorreu em 1910, e foi um levante promovido por marinheiros de baixa patente, cuja função em sua maioria era composta por negros, contra a aplicação de castigos físicos dentro da marinha como punição.

A partir de 1919, durante o Governo de Hercílio Luz, foi dada a largada para a obra de “modernização” e canalização do Rio da Bulha. Esta avenida seria chamada inicialmente de Avenida do Saneamento, mas terminou por receber o nome de Avenida Hercílio Luz. Esta avenida foi apontada pelas elites governantes como a “Pedra Angular” do saneamento de Florianópolis. (NECKEL, 1993, p. 64) Após a aprovação da Lei nº 407, que autorizava a desapropriação por necessidade pública, as picaretas entraram em ação.

A notícia de que haveria uma reconfiguração completa do local parece ter chegado a alguns proprietários do Beco Irmão Joaquim antes de outros, pois, em 7 de junho de 1919, Catharina Muller fez, através do Jornal República, um requerimento solicitando à Superintendência Municipal, a demolição do seu prédio em ruínas, bem como pedindo baixa do lançamento das décimas urbanas em seu nome pois iria demolir em breve. (REPÚBLICA, Florianópolis, 7 de junho de 1919, p.3, c.1)

No início do mês de julho, a matéria de capa do jornal República estampava a visita da comitiva do governador aos locais em que seriam feitas as desapropriações e demolições para que fosse possível dar início das obras no entorno do Rio da Bulha. A publicação continha uma enorme profusão de elogios ao governador por sua bravura e coragem em enfrentar os problemas da higiene da cidade, ou melhor, dizendo, enfrentar “aqueles” que o causavam. Como podemos ver no trecho a seguir:

Atravessamos a época das grandes conquistas da hygiene, que em todos os logares adiantados se aparelha a prevenir as molestias, arejando, saneando e dando o conforto.

Já não se comprehendem as cidades de ruas estreitas, casas atarracadas e beccos escusos. (REPÚBLICA, Florianópolis, 8 de julho de 1919, p. 1, c. 1)

Ainda segundo a notícia, a picareta abria espaço para a chegada do progresso através da construção de avenidas bem iluminadas, praças arborizadas e edifícios espaçosos. O restante da cidade deveria se espelhar nos elegantes bairros como a Praia de Fora e superar o seu aspecto de vila colonial composto por casas quadradas caso desejasse se tornar salubre e confortável. E, continua:

Afim de estudar a canalização de varios trechos da Fonte da Bulha e a desapropriação dos predios á esquerda do Becco Irmão Joaquim, o sr. dr. Hercilio Luz resolveu hontem percorrer a cidade, de automovel, afim de observar os trabalhos iniciados e estudar a realização de outros.

Tomaram os automoveis, em companhia de S. Exa., os srs. Dr. José Boiteux, secretario do Interior e Justiça; capitão João Carvalho, superintendente municipal; major Santos Lostada, presidente do Conselho Municipal. Capitão Jõe Collaço, official de gabinete e capitão João Cancio, ajudante de ordens; André Wendhausen Junior, Pompilio Luz e Oscar Capella, conselheiros

municipaes; dr. Ferreira Lima, inspector de Hygiene e o seu ajudante dr. Adhemar Grijó; dr. Americo Nunes, procurador geral do Estado; dr. Augusto Fausto de Souza, chefe da Comissão de Melhoramentos do Porto; Antonio Machado, contador da Inspectoria de Saneamento e Augusto Lopes, director gerente do “O Estado”

D’ahi dirigiu-se á pé com sua comitiva pelo Becco Irmão Joaquim, cujas casas de um lado serão desapropriadas para a abertura de uma rua espaçosa. (REPÚBLICA, Florianópolis, 8 de julho de 1919, p. 1, c. 1)

O excerto acima corrobora com o que foi aquilo que foi abordado anteriormente em relação à ideologia da higiene, à superação de um passado colonial, a elite que se considera iluminada e capaz de intervir nos problemas da capital e arrebatá-la ao caminho de uma civilidade, cujo conceito está para lá de abstrato. Podemos perceber ainda que sobre a população que ali reside nada se menciona. No entanto, a capital enfrentava um problema de escassez de moradia de longa data e que só aumentou com a febre de demolições, como vemos no trecho a seguir:

continua sem resolução o sério problema de escassez de habitações, maximé de habitações baratas destinadas às classes sociais de pequenos recursos [...]situação que já vem demasiadamente prolongada e cada vez mais agravada pelas demolições que têm sido feitas para atender ao saneamento e embelezamento da cidade (NECKEL, 1993, p. 68)

No mesmo dia, saiu uma publicação no jornal O Estado, de uma carta anônima assinada por “proprietários do Becco Irmão Joaquim”, denunciando uma “extorsão premeditada” por parte da Superintendência como podemos ver seguinte trecho:

Recebemos a seguinte carta:

Sr. Redactor – Pelo vosso conceituado jornal numas perguntas em nome dos infelizes proprietários do Becco Irmão Joaquim.

Como é que intima-se a fazer esgoto nas casinhas do Becco em questão, cujos proprietários quasi que na maior parte mulheres paupérrimas, que não tem outros rendimentos que uns vinte a trinta mil reis, preço do aluguel de quasi todas as casinhas de porta e janella, quando a Superintendência não consente que se faça obras nas mesmas, por ter de desapropriar-as?

É Sr. Redactor, uma extorsão premeditada.

É assombrosa as contas das instalações de esgoto: é o verdadeiro espantallo do rico quanto mais do pobre!

Há casas, a maior parte dellas, á rua General Bittencourt que não tem esgoto, assim como outras no centro da cidade, entretanto... Porque razão, a exemplo do que se fez com a instalação d’agua, o governo não manda instalar á sua custa o esgoto, tendo os proprietarios pobres a obrigação de pagarem a taxa? Ha no Becco casas que a companhia fez a instalação d’agua, obrigando-se o proprietário á taxa, do contrario é atirar á rua, infelizes que trabalham toda a vida para terem onde descançar os ossos na velhice. O sr. Hercilio, que é, como dizem, o idolo do povo, consentirá na premeditada estorção? Consta-me que algumas casas nem foram lançadas para as décimas, por estarem dispensadas ha muito.

Ahi fica sr. Redactor d’O Estado, a questão em vossas mãos.

Sem mais, seu criado.

S.M. (O ESTADO, Florianópolis, 8 de julho de 1919, p. 1, c. 5)

É possível que a falta de uma contrapartida social por parte do governo durante as desapropriações tenham ocasionado este despertar de empatia em relação à população mais pobre. No entanto, uma explicação mais plausível para a publicação da carta anônima acima poderia ser o receio que os proprietários tinham em perder parte de sua fonte de renda advinda de aluguéis.

Em primeiro lugar, uma publicação de “um oitavo” de página, no ano de 1918, no jornal “República”, custava 25\$000. Isto representa 100% ou mais do valor em que as “paupérrimas proprietárias” receberiam, dificultando assim a possibilidade de que fossem estas que compraram o espaço no jornal para publicar a carta. (REPÚBLICA, Florianópolis, 7 de novembro de 1918, p.4, c.4)

Em segundo lugar, quem detinha os títulos de propriedade na localidade Beco Irmão Joaquim, em sua grande maioria, possuía consideráveis fortunas, como veremos no próximo subcapítulo, e que tinham as moradinhas de porta e janela como forma de previdência para suas esposas em caso de falecimento.

Para além desta fonte, as desapropriações para a canalização e construção da Avenida Hercílio Luz provocaram um aumento da escassez de moradias, levando a Superintendência a adotar medidas paliativas para solucionar o problema, como podemos ver no trecho a seguir:

[...] O executivo municipal, atendendo a situação verdadeiramente premente da população, tem permitido a construção sem maiores exigências arquitetônicas, no “Morro do Antão” e nas ruas da periferia da cidade, de pequenas casas para moradia de gente modesta. (Mensagem apresentada ao Conselho Municipal, em sessão ordinária de abril de 1921, pelo Superintendente Municipal Capitão João Pedro de Oliveira Carvalho, Jornal República, 11/05/1921, p.1 apud NECKEL, 1993, p. 68)

Segundo Neckel, a modernidade significou, para muitos habitantes, a perda de seus espaços físicos e afetivos, de seus referenciais. Isto alterou as formas de sociabilidade daquela população e relegou-as ao morro e periferia. (NECKEL, 1993, p. 66, 67, 68) A construção desta avenida foi aclamada nos periódicos como a pedra angular da política de modernização e higienização da região central da cidade de Florianópolis. Entretanto ela foi além, foi símbolo de exclusão e injustiça social com impactos até os dias atuais.

Segundo Fischer, o abastecimento de água encanada liberou os moradores de extensas jornadas de trabalho. O sistema de esgoto efetivamente reduziu a exposição à doenças e a eletricidade possibilitou a refrigeração e o trabalho noturno. Entretanto, as

escolhas das localidades que teriam os benefícios, em detrimento de outras, eram decididas pelas autoridades ampliando assim as desigualdades sociais que já eram grandes. (FISCHER, 2007, p.443)

As demolições no Beco Irmão Joaquim iniciaram no dia 14 de agosto de 1919. Não se pode descartar, entretanto, a existência de relações sociais entre os trabalhadores da canalização e demolição dos casebres do Beco Irmão Joaquim e os moradores da região, tendo em vista que a população pobre também fazia biscates carregando pedras e na construção civil. (SANTOS, 2009, p.217) É possível que houvesse entre os trabalhadores, responsáveis pela demolição, algum residente do Beco Irmão Joaquim que teve de demolir seu próprio lar.

A transfiguração da região seguiu em ritmo acelerado com o rio sendo canalizado em vários trechos simultaneamente. Mesmo com o ritmo acelerado a obra foi concluída e inaugurada apenas em 1922, tamanha a magnitude do empreendimento. A obra foi responsável pelo desaparecimento do Beco Irmão Joaquim em sua totalidade.

Figura 12: Canalização do Rio da Bulha, início do século XX.



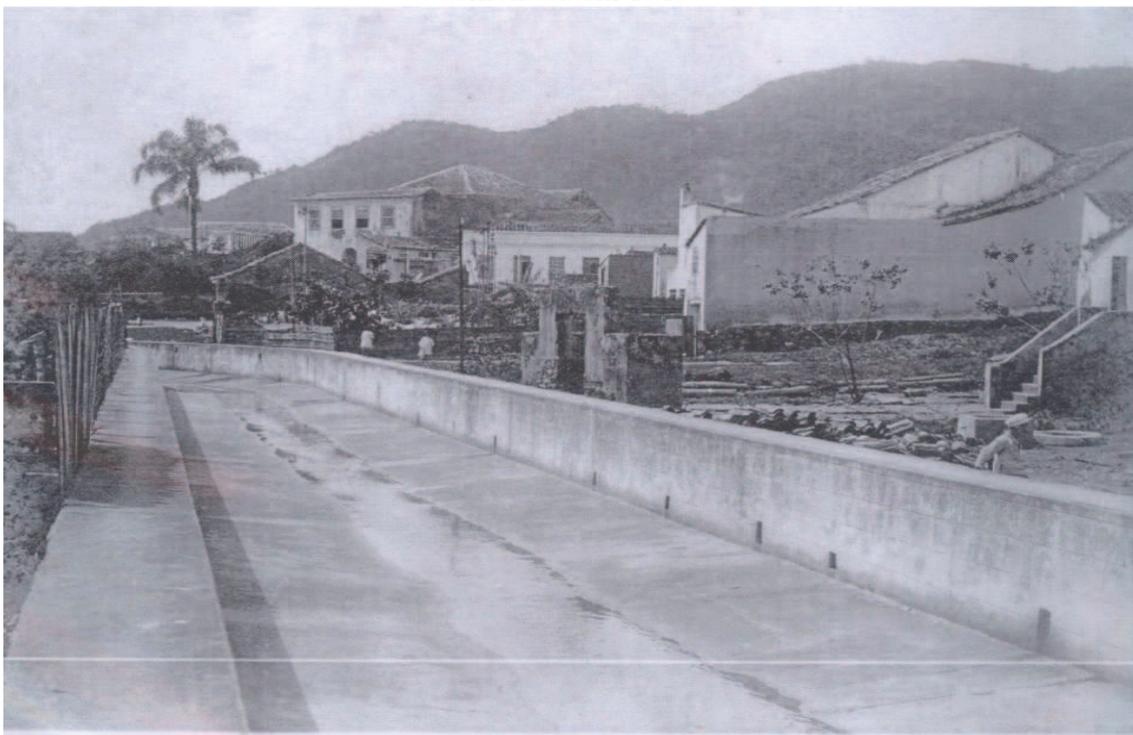
Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p. 494)

Figura 13: Aterro de Várzea e canalização de córrego perto do Morro do Antão.



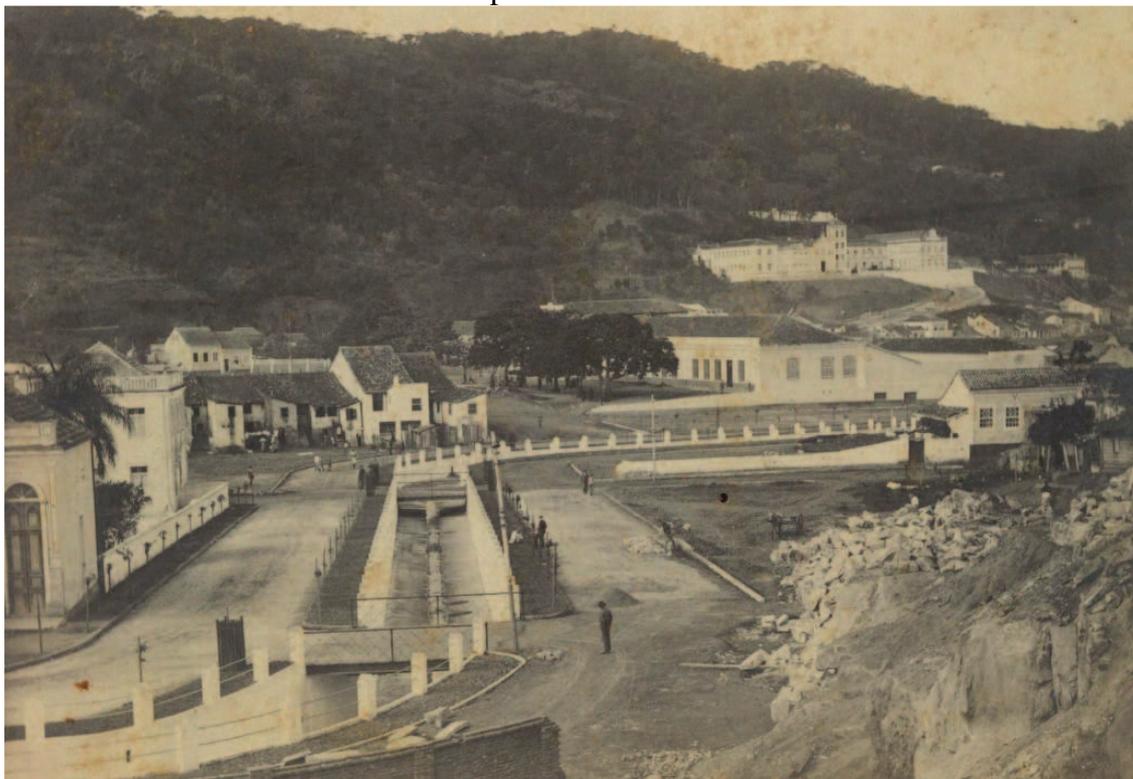
Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p. 494)

Figura 14: Canal da Avenida do Saneamento e os casebres do Beco Irmão Joaquim já demolidos em 1919.



Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p. 552)

Figura 15: Avenida do Saneamento, 1922. À direita a Pedreira sobre a qual foi construído o prédio da Escola Normal.



Fonte: Imagem retirada da Tese de doutorado Do Mar ao Morro. Cf. (SANTOS, 2009, p. 511)

3.2 O perfil dos proprietários do Beco Irmão Joaquim

Anterior à primeira rede de esgoto, instalada em Florianópolis no ano de 1913, a Superintendência convocava os moradores e proprietários através dos jornais para que se fizessem presentes na Tesouraria da cidade. Os proprietários e moradores deveriam assinar a contratação da remoção dos barris onde eram depositados os dejetos por parte de uma concessionária terceirizada pela cidade. Esta concessionária coletava os barris e os despejava em quatro pontos específicos para isto. Três eram em trapiches construídos na baía sul e um era na Ponte do Vinagre, cuja localização se dava no último trecho do Rio da Bulha nas proximidades do Beco Irmão Joaquim.

A partir desta notícia publicada no jornal O Dia, no dia 1 de janeiro de 1907, foi possível ter acesso a uma relação nominal de proprietários do Beco Irmão Joaquim, bem como a numeração de suas casas.

Becco Irmão Joaquim

Jesuina Maria da Conceição, 1;
 Zeferino Manoel da Silveira, 2;
 D. Maria Clementina de Oliveira, 3;
 Leonardo Jorge de Campos Junior, 4;
 José Irineu de Oliveira Cruz, 6;
 D. Adelaide Laudelina de Gouvêa, 10;
 João Millien, 12;
 João Moritz, 14;
 Francisco José de Bittencourt, 16;
 D. Jocelina Maria Jacques, 18;
 José da Costa Ortiga, 20;
 D. Luzia Baldo Capellina, 22;
 D. Justina Maria Gonçalves, 24;
 D. Felisbella Maria do Nascimento, 26;
 D. Índia dos Andes Fernandes, 28;
 Joaquim Tertuliano de Souza Vieira, 30;
 João Firmino Beirão, 32;
 Bento Marques da Silva, 34;
 José da Costa Ortiga, 36;
 D. Carlota Leopoldina de Gouveia, 38;
 Octavio C. Da Costa, 40;
 Galdino Tavares de Souza, 42.
 (O DIA, Florianópolis, 01 de janeiro de 1907, p. 3, c. 6)

Buscou-se então vasculhar os jornais, entre os anos 1900 e 1930, onde foi possível encontrar algumas informações relevantes para tecer uma análise de quem seriam estes indivíduos listados acima, qual sua fonte de renda e qual seria a extensão do seu patrimônio. Diante daquilo que foi exposto ao longo deste trabalho, procurou-se compreender em que segmento da sociedade eles se encaixavam e com quem se relacionavam. Para atender tais demandas buscamos confrontar as fontes obtidas através dos periódicos com fontes solicitadas ao Museu do Tribunal de Justiça.

A partir deste cruzamento de fontes foi possível constatar que a maior parte dos proprietários inscritos nesta lista tinha um patrimônio relativamente grande, participando, portanto da elite financeira e política de Florianópolis do início do século. Alguns eram membros de clubes reservados à elite, como o Clube Doze, outros eram sócios da Cia de Ferris Urbano, membros diretores de institutos de caridade, o que demonstra que se relacionavam e tinham uma relevância na vida social da cidade. Por este motivo apareciam constantemente no cotidiano da imprensa.

No entanto, algumas pessoas da lista supracitada não aparecem em nenhuma outra notícia em periódicos, são elas os proprietários dos números 22, 24, 26 e 34. Esta exceção nos fez refletir se o silêncio poderia indicar a presença de indivíduos que detivessem a posse do terreno por morar muitos anos na localidade sem que fosse possível identificar seus rastros posteriores às desapropriações ou se foram indenizados.

Como já abordado no sub-capítulo 1.3, grande parte dos detentores das propriedades do Beco Irmão Joaquim não habitavam a região e, sim, adquiriram os terrenos para alugá-las e aumentar suas receitas. Era comum neste período adquirir propriedades deste tipo como forma de uma previdência para a velhice, apesar de que alguns membros da lista possuir patrimônio suficiente para esta afirmação se tornar questionável, restando a especulação imobiliária como um objetivo mais plausível.

Temos ainda casos da utilização para fins comerciais de edificações no Beco Irmão Joaquim, caso de José da Costa Ortiga. Ele tinha uma funerária que operava de dia na Rua Tiradentes, nº 15, e no período noturno no Beco Irmão Joaquim, nº 36. Esta informação nos fez pensar que ele poderia residir na região para conseguir atender durante o expediente noturno, mas em uma publicação emitida por ele, junto ao Jornal O Dia, informava “aos amigos que havia se mudado da Rua Presidente Coutinho, nº 8, para a Praça XV de novembro, nº 18.” (O DIA, Florianópolis, 27 de abril de 1906, p.3, c.1)

Ele era conhecido na cidade e tinha contato com interlocutores do governo, como por exemplo, Andre Wendhausen, que foi testemunha do seu casamento. Este último era comerciante de seguros e banqueiro da André Wendhausen e Cia., além de ter sido suplente da Assembléia Legislativa. Além disso, ele era membro do Partido Republicano Conservador e foi indicado para a vaga de Conselheiro Municipal juntamente com João Wendhausen e Santos Lostada¹². (O DIA, Florianópolis, 9 de julho de 1914, p. 1, c. 6)

José da Costa Ortiga, tenente do exército, possuía duas propriedades no Beco Irmão Joaquim, a de nº 20 e a de nº 36, sendo a última avaliada em 420\$000 pela Superintendência Municipal. (O DIA, Florianópolis, 11 de abril de 1908, p. 1, c. 1)

Ele possuía ainda, em 1904, três propriedades avaliadas em 240\$00 na Rua Tiradentes. (O DIA, Florianópolis, 23 de março de 1904, p. 1, c. 1) Além destas, tinha mais uma no mesmo valor no Largo 13 de maio. (O DIA, Florianópolis, 26 de março de 1904, p. 1, c. 1)

Ortiga fornecia enterros e velórios para todas as classes e repetidamente aparece em jornais do período solicitando o reembolso da Superintendência Municipal para caixões disponibilizados para funerais de indigentes.

¹² Santos Lostada, juntamente com Henrique Boiteux, Virgílio Várzea, Lauro Muller, José Boiteux, Esteves Júnior, Gustavo Richard, Horácio Pires e Cruz e Souza, eram membros influentes da política e das letras da capital.

Representado no jornal como um membro caridoso da sociedade, recebia congratulações de aniversário para si e para sua família através da imprensa. Além disso, é membro co-fundador do Asilo Irmão Joaquim, cujas intenções já tratamos neste trabalho, juntamente com outro proprietário do Beco Irmão Joaquim, Octavio Cardoso da Costa.

Em 1911, ele deixa de ser diretor para se tornar vice-diretor do Asylo de Mendicidade Irmão Joaquim, em uma chapa que tinha Nereu Ramos como procurador-geral, juntamente com Octavio Cardoso da Costa, proprietário do Beco Irmão Joaquim nº 40. Octavio era telegrafista e casado Amália Ortiga da Costa, irmã de José Ortiga, o que deixava a administração de alguns casebres do Beco Irmão Joaquim praticamente em família. (O DIA, Florianópolis, 24 de junho de 1911, p. 2, c. 2)

Entretanto, as boas intenções dos remediados sempre esbarravam em seus interesses. Em 1913, uma publicação no jornal O Dia anunciava que José da Costa Ortiga fora requisitado, pela Superintendência Municipal, para demolir um prédio seu em ruínas na Praça General Osório. Este tipo de notícia aparece diversas vezes nos periódicos, estando presente até mesmo na carta anônima redigida pelos “paupérrimos proprietários” que trouxemos no capítulo anterior, sendo possível deduzir que os proprietários que tinham essas casinhas não costumavam realizar manutenções em suas propriedades. Nem mesmo quando se tratava da sua principal fonte de renda. (O DIA, Florianópolis, 18 de janeiro de 1913, p. 3, c. 4)

Era um domingo, 18 de junho de 1911, quando a Funerária Ortiga & Fernandes foi tomada por um incêndio e destruída por completo, causando um prejuízo extraordinário calculado em 25:000\$000. É bem possível que ele não tenha se recuperado completamente após o incêndio, pois no processo do seu inventário, no ano de 1921, constava suas seis propriedades citadas anteriormente e 13:774\$261 réis que foram deixados para seus herdeiros. (O DIA, Florianópolis, 18 de junho de 1911, p. 1, c. 1)

Havia ainda proprietários que tinham riquezas consideráveis como João Moritz, o qual também enfrentou um incêndio em sua Confeitaria “Modelo” na praça XV em 1919. Proprietário de uma casinha no Beco Irmão Joaquim nº14. Era um rico empresário que tinha padaria, um café e confeitaria ambos nas imediações da Praça XV de Novembro. No ano de 1924 ele deixou seus empreendimentos aos cuidados do irmão e partiu para a Alemanha. Retornou em 1927, adquiriu uma propriedade na Rua Tiradentes e, com maquinário importado, montou uma fábrica de balas sendo paparicado nos jornais como um empresário “visionário” que trazia o progresso a partir de uma parca industrialização da capital.

Outro proprietário do Beco Irmão Joaquim, possuidor de uma fortuna foi Joaquim Tertuliano. Sua propriedade era a de nº 30 do Beco Irmão Joaquim. Além desta, possuía uma propriedade na Praça XV avaliada, no ano de 1908, em 1:560\$000. (O DIA, Florianópolis, 11 de abril de 1911, p. 3, c. 1)

No ano de 1910, ele se encontrava em 3º na lista dos maiores pagadores de imposto da cidade, com uma contribuição de 564\$000, seguido de perto pelo cel. Andre Wendhausen, com imposto na casa dos 505\$000. (O DIA, Florianópolis, 28 de dezembro de 1910, p. 2, c. 5)

Este círculo de intimidade nas relações sociais entre a elite comercial a classe política, nos faz questionar sobre a possibilidade de ter ocorrido tráfico de influências durante a canalização do Rio da Bulha, bem como da construção da Avenida Hercílio Luz. Isto não era incomum, assim como não o é atualmente, havendo uma tentativa de proteger os “seus” por parte da classe política, como foi o caso de Joaquim Tertuliano de Souza Viera. Este último tinha valiosas propriedades e havia sido nomeado em 1924, para Tesoureiro da administração dos Correios em Santa Catarina. (O ESTADO, Florianópolis, 31 de janeiro de 1924, p. 3, c. 3)

Em 1926 foi punido por desvio de verbas pública dos Correios, tendo recebido uma suspensão de 2 anos do emprego e multa de 15% sobre a quantia a qual era responsável. (REPÚBLICA, Florianópolis, 1926, p. 4, c. 3) Seus bens foram a leilão em 1926, incluindo os móveis, e uma casa sua no Largo Benjamim Constant, avaliada em 25:000\$000. (REPÚBLICA, Florianópolis, 6 de novembro de 1926, p. 13, c. 2)

No entanto as elites tentaram blindá-lo, pagando sua altíssima fiança no valor de 92 contos de réis, como podemos ver no trecho a seguir, publicado em 11 de julho de 1926, em notícia publicada em um jornal da Capital Federal:

Os Srs. Coronel Germano Wendhausen, Cantídio Alves e Joaquim Garcia Netto, vão levantar entre os amigos a quantia de 92 contos, correspondentes ao inexplicável desfalque de que foi victima o Correio daqui, afim de livrar da prisão o Sr. Joaquim Tertuliano de Souza Vieira, ex-thesoureiro daquela repartição e pessoa muito conceituada e acima de qualquer suspeita. (GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1926, p. 6, c.7)

D. Jocelyna Maria Jacques, proprietária no Beco Irmão Joaquim nº18, é outra pessoa que gerou desconfianças durante esta pesquisa. Na publicação em que estavam listados os proprietários do Beco Irmão Joaquim, ela aparece como proprietária do nº 18. Porém, neste mesmo período ela era casada com José Arthur Boiteux, membro conhecido da sociedade catarinense por sua participação na criação do IHGSC e

participação na política do Estado. Por que motivos ela apareceu com seu nome de solteira? Mais intrigante ainda é a ausência da propriedade no inventário de José Arthur Boiteux em 1933.

É possível que a propriedade seja uma herança de seus pais. Entretanto, seu marido era membro atuante do governo Hercílio Luz e participou da comitiva do governador durante a visita ao local onde seriam demolidas as casinhas e cortiços do Beco Irmão Joaquim. Outrossim, não se pode contrariar que a canalização do Rio da Bulha e as obras de construção da Avenida Hercílio Luz geraram uma boa valorização das propriedades e dos imóveis que não foram desapropriados, dentre estas pessoas, D. Jocelyna Maria Jacques. Haja visto, que logo em 1924 e 1925, foi construído o edifício onde funcionou o Instituto Politécnico de Florianópolis em propriedade de José Arthur Boiteux. Ele é um edifício grande e amplo ocupando aproximadamente uma quadra da novíssima avenida.

Mas nem todos os proprietários das casinhas no Beco Irmão Joaquim eram ricos, famosos ou membros da elite da capital. No entanto eles pouco ou quase não aparecem ao realizarmos buscas por seus respectivos nomes, sendo isto um possível indício de que eram desconhecidos ou até que alguns nomes da lista de assinatura para retirada dos cubos pudessem realmente ter adquirido a casa própria e ter perdido o valor investido durante a realização das desapropriações para a construção da Avenida do Saneamento.

Dentre os nomes que pouco aparecem temos a proprietária D. India dos Andes Fernandes do nº 28, que em 9 de março de 1919 havia sido nomeada como professora do grupo “Silveira de Souza”. Jesuína Maria da Conceição, proprietária do Beco Irmão Joaquim nº 1, D. Luzia Baldo Capellina nº22.

3.3 Quem foi indenizado

Conforme as picaretas iam avançando e demolindo as construções no entorno do Rio da Bulha para a efetiva construção da Avenida do Saneamento, iam surgindo publicações nos jornais intimando os proprietários e moradores a comparecer junto ao tabelião Leonardo Jorge Campos Junior, também proprietário do Beco Irmão Joaquim nº 4, para que houvesse um entendimento financeiro entre o Estado e o proprietário.

No dia 2 de setembro de 1919, estiveram no Beco Irmão Joaquim para visitar as casas que seriam demolidas, o Inspetor de Higiene Dr Ferreira Lima, o Superintendente Municipal Capitão João Carvalho, o Dr. Olavo Freire da Repartição de Obras Públicas e o tabelião Campos Junior, o qual ficou encarregado por Hercílio Luz de se entender com os proprietários sobre as desapropriações. (O ESTADO, Florianópolis, 2 de setembro de 1919, p. 1, c. 6)

O governo do Estado adquiriu também dois cortiços na região, um era do Padre Manoel Miranda da Cruz, Figura 4, e o outro não foi possível identificar o proprietário. Este processo de desapropriações se assemelha em muito em termos de celeridade com o desmanche do cortiço Cabeça de Porco no Rio de Janeiro. (O ESTADO, Florianópolis, 24 de outubro de 1919, p. 1, c. 1)

No mês seguinte, diversos proprietários procuraram o tabelião na tentativa de receber uma compensação financeira pela desapropriação de seus imóveis. Entre eles estavam o Sr. Constantino Garofallis, um rico comerciante vindo da Grécia e que estabeleceu residência em Florianópolis. Este era um raro exemplo de uma pomposa propriedade no bairro da Tronqueira. (A REPÚBLICA, Florianópolis, 6 de outubro de 1919, p. 1, c. 1)

Figura 16: Sr. Constantino Garofallis e sua filha em sua casa na Rua General Bittencourt



Fonte: Imagem retirada do site ND+. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/primeira-mulher-com-carteira-de-motorista-em-florianopolis-celebra-103-anos/>

Apresentaram também seus títulos de propriedade D. Carlota Gouvea, nº38, Henrique Moritz, D. Victorina Maria do Carmo e Eugenia do Nascimento.

A intensidade com que o governo de Hercílio Luz impôs para desapropriar aqueles casebres não deixou margem para que os proprietários pudessem questionar ou impugnar as reformas urbanísticas. A ausência de documentação relacionada a qualquer processo jurídico, referente à desapropriação na região do entorno do Rio da Bulha, é um forte indício dessa ausência de possibilidade de barganha frente à volúpia reformista.

Para efeito de comparação, encontramos junto ao Museu do Tribunal de Justiça um processo movido pelo Estado de Santa Catarina, em 1922, valendo-se da lei de desapropriação por utilidade pública, para desapropriar uma fatia do terreno de propriedade de Antonio Galluf, para que fosse possível realizar a conclusão da Avenida Hercílio Luz em direção à Baía Norte. O terreno ficava onde hoje se encontra a Praça Etelvina Luz, próximo ao Shopping Beira-Mar.

Antonio Galluf discordou da avaliação do imóvel feita pelo Estado, cujo valor ficou em 13:200\$00. Ele fez uma contraproposta ao Estado que, segundo a Diretoria de Viação e Obras públicas, seria onerosa para a cidade, e não foi aceita. O processo se desenvolveu e o Juiz de Direito da 1ª Vara encaminhou um novo avaliador às terras de Antonio Galluf, que reavaliou em 15:000\$000 o imóvel. O Estado pagou este valor à Galluf e a estrada foi ampliada. A querela judicial demorou dois meses até o seu desfecho.

Antonio Galluf se sentiu injustiçado, possivelmente por sua propriedade se encontrar em uma área considerada nobre da cidade, onde os valores dos imóveis estavam valorizados, fazendo-o procurar as vias judiciais para melhorar a proposta governamental.

Esta disputa judicial não ocorreu no Beco Irmão Joaquim, onde os indivíduos que tinham títulos de propriedade simplesmente apresentaram-se ao tabelião e solicitaram suas indenizações sem maiores questionamentos. Esta ausência de questionamentos nos leva a crer que, com a construção da Avenida do Saneamento às custas do governo do Estado, os proprietários percebem a possibilidade de lucrar mais com a valorização dos seus terrenos, decorrente da infra-estrutura que passaria a ter na região, do que com o que receberiam de aluguel.

Fornecendo às autoridades públicas, a conveniência necessária para a uma reedição da política do “Bota Abaixo” executada pelo prefeito Barata Ribeiro na Capital Federal no fim do século anterior.

Mapa 4: Propriedade de Antônio Galluf indicando onde passaria a ampliação da estrada.



Fonte: Imagem retirada do processo de desapropriação de Antonio Galluf. Arquivo do Tribunal de Justiça

A partir da derrubada dos cortiços e casebres os proprietários foram solicitando a interrupção da cobrança dos Impostos de Décimas Urbanas. Em 14 de novembro de 1919, Galdino Tavares de Souza, proprietário do nº 42, através de procurador solicitou a retirada do seu nome da lista de impostos municipais. (A REPÚBLICA, Florianópolis, 14 de novembro de 1919, p. 4, c. 1)

Julia Pereira Vieira, esposa de Joaquim Tertuliano de Souza Vieira, nº30 e Emilia da Silva Beirão, esposa de Firmino Beirão, nº 32, também solicitaram a dispensa do referido imposto assim que tiveram suas casinhas destruídas. (A REPÚBLICA, Florianópolis, 30 de outubro de 1919, p. 3, c. 2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, naturaliza-se a divisão existente dentro dos perímetros urbanos de Florianópolis, que tem por característica a exclusão habitacional da população mais pobre das partes planas e centrais da cidade mesmo sendo, em muitos casos, seu local de trabalho. À esta parcela da população, os relegam às zonas montanhosas e de difícil acesso, caso do Morro da Cruz e também as zonas periféricas daquilo que é chamado “Grande Florianópolis”.

Buscou-se, portanto, neste trabalho compreender de que forma ocorreu o processo de desapropriações vividas pela população da localidade do Beco Irmão Joaquim e entorno do Rio da Bulha com o intuito de melhor compreender esta separação geográfica, e de classes, que existe até os dias atuais entre o maciço do Morro da Cruz e a área central.

Para desenvolver esta questão, trouxemos o contexto histórico da Ilha de Santa Catarina desde o desenvolvimento da capital da província como rota militar e comercial que possibilitou a formação de uma elite voltada para a especulação de mercadorias e, que a partir da proclamação da República, passou a dar as cartas no jogo político do novo regime sob o escopo do positivismo e da ideologia da higiene. Essas influências possibilitaram a execução de uma série de movimentos reformadores e impopulares por parte do poder público, mas que foram possíveis, pois entraram em ressonância com as demandas da burguesia cidadina do início do século XX.

No entanto, como podemos perceber ao longo deste trabalho, esta característica é fruto de um longo processo histórico, que se inicia a partir do enriquecimento e da formação de uma elite comercial estabelecida na capital da província, que passa a adquirir territórios ocupados pelas populações mais pobres, próximo ao porto principal na atual Praça XV de Novembro, com fins de construir, naquelas paragens, estabelecimentos comerciais e depósitos voltados ao recebimento e armazenamento de produtos. Sobretudo, a edificação dos sobrados, a partir de 1850, acarretou no primeiro deslocamento da população pobre que residia na região próxima à praça, e que teve de procurar abrigo em áreas mais afastadas, com menor custo de locação, onde se permitia a criação de animais e outras práticas de sobrevivência. No segundo momento, com a canalização e construção da Avenida do Saneamento, ocorreu uma segunda expulsão daquela população que ali havia encontrado alguma maneira de sobreviver.

Isto decorreu da forma como as autoridades públicas passaram a gerir as diferenças sociais dentro da cidade e da maneira como as elites passaram a olhar para as pessoas pobres como risco potencial de contágio de doenças. Os governantes, em conjunto quase que orgânico com a elite comercial, buscaram tutelar a população pobre a partir de uma série de mecanismos de controle social como a imprensa, o desenvolvimento do poder policial-judiciário, a criação de instituições caritativas, o alargamento das funções dos departamentos de saúde pública e os Códigos de Postura Municipais.

Indo além da tentativa de tutela, na prática as atitudes tomadas tornaram a permanência daquela população pobre inexecutável nas zonas consideradas urbanas. Com o aperto do cerco a partir de 1916, os moradores que ainda tentavam residir na zona urbana se encontravam cada vez mais acudados e propensos a buscar zonas periféricas onde poderiam seguir com seus plantios e criações de animais de subsistência.

Conclui-se neste trabalho que o poder público contribuiu e muito para o aumento da desigualdade social, a partir da promoção de uma urbanização seletiva que beneficiou algumas pessoas em detrimento de outras e empurrando a população mais pobre para áreas cada vez mais afastadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989, Dissertação de Mestrado.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentos. Uso e mau uso de arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, pg. 23- 73.

BARROS, José d'Assunção. *A História Social: seus significados e seus caminhos*. LPH - Revista de História da UFOP. n° 15, 2005

BURKE, Peter. *A escrita da História, novas perspectivas*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**: notícia. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979. CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, FU, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, S. S. Transfigurações urbanas em Florianópolis (1880-1930). **Ágora**, v. 14, n. 29, p. 26, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/12531>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

GERBER, Diana. O Saneamento em Florianópolis: projeto de modernização e estratégias de poder. **Esboços**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 6, n. 6, p. 31-36, 01 jan. 1998.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOMES, Raisa Adrienne. Lavadeiras no processo de modernização de Florianópolis. *Revista de Santa Catarina em História*, v.12, p. 59-69, 2018.

HARTOG, *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KLAUCK, Aline Gabriela. **Água, fontes e aguadeiros**: o abastecimento hídrico em nossa senhora do desterro (século XIX). 2018. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

NECKEL, Roselane. **Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis: 1910/1930**. 1993. 155 f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Florianópolis, 1993.

LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história" In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, pg.111-153.

PACHECO, Denise Teresa. **VISÕES URBANAS DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS**: através da coleção de fotografia de José Arthur Boiteux de 1910 a 1934 e a transformação do canal no rio da bulha na atual (2009) avenida hercílio luz. 2009. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. _____ (org). *Fontes Históricas*. SP: Contexto, 2006.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em florianópolis. 2009. 639 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SCHMITT, Jaqueline Zarbato. **TRABALHANDO EM FLORIANÓPOLIS...**: as práticas de trabalho e as memórias de trabalhadores e trabalhadoras. 1900-1920. 2001. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

VEIGA, Eliane Veras da. **PROCESSO HISTÓRICO DE MUTAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DA ÁREA CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS**: 1850-1930. 1990. 513 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

FONTES:**LIVROS:**

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**: notícia. 1. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

JORNAIS:

Jornal O Dia. DELEGACIA DE POLÍCIA. Florianópolis, segunda-feira, 14 de agosto de 1916. 5ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/17109>. Último acesso em: 09/04/2021

Jornal O Estado. SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL. Florianópolis, Sexta-feira, 28 de maio de 1915. 1ª Coluna. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/098027_01/50. Último acesso em 09/04/2021.

Jornal O Dia. LEI Nº. 407. Florianópolis, Quinta-feira, 19 de outubro de 1916. 3ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/17562>. Último acesso em 09/04/2021.

Jornal O Dia. LEI Nº. 416. Florianópolis, Sábado, 28 de outubro de 1916. 3ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/17630>. Último acesso em 09/04/2021.

Jornal O Dia. LEI Nº. 416 CONTINUAÇÃO. Florianópolis, Sábado, 29 de outubro de 1916. 2ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/17638>. Último acesso em 09/04/2021.

Jornal República. A VARIÓLA. Florianópolis, Quarta-feira, 21 de agosto de 1895. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/711497x/5251>. Último acesso em 09/04/2021.

Jornal O Estado. REPAROS. Florianópolis, Terça-feira, 10 de janeiro de 1899. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/884774/2651>. Último acesso em 09/04/2021.

Jornal O Estado. FERIMENTOS E MORTE. Florianópolis, Sábado, 12 de fevereiro de 1916. 3ª Coluna. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/098027_01/687. Último acesso em: 09/04/2021

Jornal O Estado. DELEGACIA DE POLÍCIA. Florianópolis, Domingo, 3 de dezembro de 1916. 4ª Coluna. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/098027_01/1300. Último acesso em: 09/04/2021

Jornal República. REQUERIMENTOS DESPACHADOS DA SUPERINTENDÊNCIA. Florianópolis, Sábado, 7 de junho de 1919. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/13982>. Último acesso em: 09/04/2021

Jornal República. O SANEAMENTO DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis, Terça-feira, 8 de julho de 1919. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/14080>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Estado. AS CASINHAS DO BECCO IRMÃO JOAQUIM. Florianópolis, Terça-feira, 8 de Julho de 1919 – 5ª coluna. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/098027_01/3918. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal República. PREÇOS DE ANNUNCIOS. Florianópolis, Quinta-feira, 7 de Novembro de 1918. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/711497x/13299>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Dia. LISTA DE MORADORES. Florianópolis, Terça-feira, 01 de janeiro de 1907. 6ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/5962>. Último acesso em: 09/04/2021

Jornal O Dia. Florianópolis, 27 de Abril de 1906. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/5231>. Último acesso em: 09/04/2021

Jornal O Dia. PARTIDO REPÚBLICANO CONSERVADOR. Florianópolis, 9 de Julho de 1914. 6ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/14527>. Último acesso: 09/04/2021.

Jornal O Dia. IMPOSTOS URBANOS. Florianópolis, Sábado, 11 de Abril de 1908. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/7557>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Dia. Florianópolis, Quarta-feira, 23 de Março de 1904. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/3260>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Dia. Florianópolis, Sábado, 26 de Março de 1904. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/3272>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Dia. DIVERSAS. Florianópolis, Sábado, 24 de Junho de 1911. 2ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/11094>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Dia. EDITAES. Florianópolis, Sábado, 18 de Janeiro de 1913. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/12799>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Dia. Florianópolis, Domingo, 18 de Junho de 1911. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/11073>. Último acesso: 09/04/2021.

Jornal O Dia. Florianópolis, Sábado, 11 de Abril de 1908. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/7557>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Dia. SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL. Florianópolis, 28 de Dezembro de 1910 5ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/10526>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Estado. NOMEAÇÕES E PROMOÇÕES NO CORREIO. Florianópolis, Quinta-feira, 31 de Janeiro de 1924. 3ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/884120/12185>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal República, Florianópolis, 1926. 2ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/892319/21420>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal República. Florianópolis, 6 de Novembro de 1926. 2ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/892319/21557>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, Domingo, 11 de Julho de 1926. 7ª Coluna Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/19557. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Estado. SANEAMENTO DA CIDADE. Florianópolis, Terça-feira, 2 de Setembro de 1919. 6ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/884120/4097>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal O Estado. Florianópolis, 24 de Outubro de 1919. 1ª Coluna. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/098027_01/4368. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal República. Florianópolis, Quarta-feira, 6 de Outubro de 1919. 3ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/892319/14669>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal República. Florianópolis, Sexta-feira, 14 de Novembro de 1919. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/14531>. Último acesso em: 09/04/2021.

Jornal República. Florianópolis, Quinta-feira, 30 de Outubro de 1919. 2ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/14482>. Último acesso em: 09/04/2021.

ARQUIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Processo de Inventário de José da Costa Ortiga e Ida Alaynaldi Ortiga, 1921, fundo judiciário da Comarca da Capital, Arcevo do Museu do Judiciário Catarinense (Florianópolis, SC).

Processo de Inventário de José Arthur Boiteux e Jocelyna Jacques Boiteux, 1934, fundo judiciário da Comarca da Capital, Arcevo do Museu do Judiciário Catarinense (Florianópolis, SC).

Processo de Desapropriação de Antonio Galluf, 1922, fundo judiciário da Comarca da Capital, Arcevo do Museu do Judiciário Catarinense (Florianópolis, SC).

FAMILY SEARCH

Brasil, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977, base de dados com imagem, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S1-2D8?cc=2177296&wc=MFKF-PP8%3A1030404601%2C1030404602%2C1030528601> : 2 September 2019), Florianópolis > Nossa Senhora do Desterro > Matrimônios 1895, Maio-1909, Fev > image 36 of 237; Arquidiocese de Florianópolis (Archdiocese of Florianópolis), Santa Catarina.